



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – NPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



**POMBALISMO E ANTIPOMBALISMO NA HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

ÉMMERLY KAROLINE NASCIMENTO DANTAS LEITE

SÃO CRISTÓVÃO

2021

ÉMMERLY KAROLINE NASCIMENTO DANTAS LEITE

**POMBALISMO E ANTIPOMBALISMO NA HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de pesquisa História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira.

SÃO CRISTÓVÃO

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – NPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



ÉMMERLY KAROLINE NASCIMENTO DANTAS LEITE

POMBALISMO E ANTIPOMBALISMO NA HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de pesquisa História da Educação, e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: ____/____/2021.

Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira (Orientador)
Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dra. Maria Inez Oliveira Araújo (Avaliador Interno)
Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dra. Vera Maria dos Santos (Avaliador Externo)
Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes (UNIT)

SÃO CRISTÓVÃO

2021

Dedico este trabalho àquelas que são minha base:

Vovó, mainha e mana.

*“Dentre nós
Não há um ser que se mescle a outro;
Não há dois de nós que tenham formas idênticas;
E, por não possuírmos o terceiro olho,
Não enxergamos a esperança
em nenhuma das quatro direções;
Mas o quinto caminho certamente existe,
onde está o coração”.*

(Goodbye, Halcyon Days - Tite Kubo)

AGRADECIMENTOS

“O senhor é meu pastor e nada me faltará!” (Salmo 23)

Depois de uma longa caminhada é normal se sentir cansada e confusa, nesse momento é ideal pararmos para avaliar nossa trajetória e aqueles que ajudaram a construí-la;

Em meio as lembranças, eu me recordo da minha bisavó que sempre foi e sempre será uma referência que o conhecimento não está apenas em livros, mas também nas palavras trocadas com afeto;

A oportunidade que eu tive de ser criada por mulheres fortes como minha mãe e minha avó é o que me torna perseverante em frente as dificuldades da vida. A elas, eu não só dedico o que eu sou, mas também o que irei ser;

A minha querida irmã, Émmary Naíny que está sempre me apoiando e incentivando;

A minhas tias e tias, primos e primas (Iolete, Genice, Genilvada, Claudete, Valfran, Nilton, Fátima, Adroaldo, Valfrania, Sthephanie, Nila, Nayêda, Melanie, Wagner, Wanderson Filho, Thor, Bento, Leomax, José Araújo, EriPaula, Helena, Genivaldo, João Dantas, Rosa etc)

Aos amigos que eu consegui nessa jornada que mesmo distantes estão sempre comigo, em especial aquelas amizades longas e duradoras (André Mota, Francisco, Leomax, Luana Meneses, Rebecca, Estefani) e aquelas recentes que parecem de outras encarnações (Lara Haun, Elisandra), ao outros que não lembrei de mencionar, no entanto sempre presentes, lembro até mesmo aquelas pessoas que passaram pela minha vida como um meteoro, só me restando a marca;

Aos professores desde a Educação Infantil ao Mestrado por cada porção de saber compartilhada;

A minha professora de graduação e hoje amiga, professora Ana Lúcia pela paciência e seriedade;

Ao meu amigo, José Augusto, que se tornou um exemplo a ser seguido;

Ao meu amigo de Mestrado que irei levar para vida, Matheus Luamm, que foi essencial na minha caminhada acadêmica;

Ao professor Luiz Eduardo, que foi meu professor na graduação e mentor na pesquisa por todo incentivo, broncas e paciência comigo;

Aos colegas do NEC, que estiveram presentes em todas as minhas etapas dentro da academia e me incentivaram a ser uma pessoa mais dedicada à pesquisa;

Aos professores das minhas duas graduações que estão diretamente na minha formação intelectual;

Aos colegas de sala de aula que ainda mantenho contato.

Aos professores Vera Maria e Maria Inez por comporem as bancas de Qualificação e Defesa, fazerem as leituras e trazerem valorosas contribuições à pesquisa.

A todos que somaram direta ou indiretamente na minha formação, muito obrigado!

“Fé não é para qualquer um e quem tem fé respeita...”

RESUMO

Este estudo pretende analisar as representações pombalinas e antipombalinas na historiografia educacional brasileira, isto é, nos discursos que “narram” e descrevem a história da educação brasileira no período pombalino (1750-1777), buscando apreender o modo pelo qual suas iniciativas referentes à instrução pública são tratadas. Para tanto, servimo-nos da historiografia sobre o período, de manuscritos e demais fontes documentais e legislativas, bem como do suporte teórico da história cultural e dos estudos culturais. A historiografia da educação brasileira perpassa por vários momentos de transição, especialmente no período colonial, durante o qual Portugal controlava a colônia com rigor.

Palavras-chave: antipombalismo; pombalismo; história da educação; marquês de Pombal.

ABSTRACT

This study intends to identify, describe and analyze the Pombaline and anti-Pombaline representations in Brazilian educational historiography, that is, in the speeches that “narrate” and describe the history of Brazilian education in the Pombaline period (1750-1777), seeking to apprehend the way in which their public education initiatives are addressed. For that, we use historiography about the period, manuscripts and other documentary and legislative sources, as well as the theoretical support of cultural history and cultural studies. The historiography of Brazilian education goes through several moments of transition, especially in the colonial period, during which Portugal strictly controlled the colony.

Keywords: antipombalism; pombalism; education history; marquis of Pombal.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
2 POMBALISMO	8
3 ANTIPOMBALISMO	13
4 ANÁLISE DAS OBRAS	17
5 CONCLUSÕES	
BIBLIOGRAFIA	29

1 INTRODUÇÃO

Este estudo pretende analisar as representações pombalinas e antipombalinas na historiografia educacional brasileira, isto é, nos discursos que “narram” e descrevem a história da educação brasileira no período pombalino (1750-1777), buscando apreender o modo pelo qual suas iniciativas referentes à instrução pública são tratadas. Para tanto, servimo-nos da historiografia sobre o período, de manuscritos e demais fontes documentais e legislativas, bem como do suporte teórico da história cultural e dos estudos culturais. A historiografia da educação brasileira perpassa por vários momentos de transição, especialmente no período colonial, durante o qual Portugal controlava a colônia Brasil com rigor e pretensões colossais.

Para tanto, além da introdução, dividimos o texto em três partes. Na primeira seção, buscaremos o conceito do termo Pombalismo e usaremos como base os intelectuais que eram ativos na produção do pensamento reformista educacional, versando sobre a matéria que exprime a aceitação das medidas pombalinas. Com isso, trabalharemos a forma através da qual a figura de Pombal foi construída ao longo do período em que este atuou como primeiro-ministro de Portugal. Suas ações estavam afinadas com o que se esperava das ações de um Primeiro Ministro. Visavam ao crescimento de Portugal como nação, e promoviam o nacionalismo e o protecionismo econômico com o objetivo de dissociar a imagem do país da dependência da Inglaterra. Ademais, sua atuação, também, pretendeu concentrar o poder nas mãos do monarca Dom José I para o que foram feitas inúmeras campanhas que buscavam reforçar a autoridade que o rei e Sebastião José tinham. Lisboa se tornou um canteiro de obras em todos os aspectos depois que o Marquês de Pombal começou a conduzir os negócios. Alguns historiadores se remetem a esse tempo como iluminismo português, trazendo assim a concepção de que todas as ações do governo pombalino eram benéficas para o povo português.

Na segunda seção, iniciamos com uma discussão acerca do que é o Antipombalismo, valendo-nos dos escritos de alguns autores que trataram dessa matéria, especialmente aqueles que falam sobre o fenômeno da Cultura em negativo, responsável por despertar o que há de controverso em qualquer tema abordado. Nesse caso, esse tema seria o Antipombalismo. A demonstração de repúdio aos discursos atribuídos ao Marquês de Pombal foi despertada junto ao Pombalismo como maneira de combater o fanatismo cego ou a manipulação do primeiro-ministro em relação aos seus feitos. A forma sob a qual a figura pombalina era vista girava em torno de um homem disposto a tudo para defender o seu ideal de nação. Essa disposição incluía

atitudes enérgicas e agressivas e outros adjetivos que implicaram medidas que afetaram diretamente o povo português como a exclusão do ensino jesuítico. Na terceira e última seção, faremos a análise dos livros selecionados, levando em conta quais foram os importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Tivemos como ponto de partida o levantamento de algumas obras e publicações que são importantes para dialogarmos sobre o controle exercido pelo então primeiro-ministro de Portugal. Cada uma dessas obras possui particularidades de que trataremos com mais detalhes posteriormente no texto. Nesse momento, é de suma relevância dizermos quais são as obras e seus respectivos autores. Temos entre eles: Antônio Alberto Banha de Andrade (1915-1982), autor de *Verney e a cultura do seu tempo* (1966), *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa* (1982) e *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal* (1977), Fernando de Azevedo (1894-1974) com *A cultura brasileira* (1943), José Ferreira Carrato, autor de um capítulo nomeado “*A educação brasileira no período colonial*”, no livro de Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972), sob a nomenclatura de *Introdução aos estudo da história da educação brasileira*, Laerte também escreveu *As reformas pombalinas da instrução pública* (1978). Rómulo de Carvalho (1906-1997) é o autor de *História da fundação do Colégio Real dos Nobres* (1959) e *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano* (1986). José Eduardo Franco produziu livros que não só falam sobre o Pombalismo, mas também versam sobre as Culturas em negativo, como por exemplo, o seu verbete no *Dicionário dos Antis* (2019) Hilsdorf foi a escritora de *História da educação brasileira: leituras* (2003), texto esse que traz uma profunda contribuição o campo da história da educação. Por fim, Luiz Eduardo Oliveira é autor de dois livros *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)* e *Gramatização e escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827)* ambos lançados em 2010.

Ao realizar a revisão bibliográfica do presente trabalho, notamos que a temática do período pombalino foi e está sendo bastante desenvolvida pelos pesquisadores brasileiros e

portugueses. Dessa forma, torna-se importante encontrar dissertações e teses não apenas no campo da educação, mas também em outras áreas de pesquisa que foram afetadas diretamente pela influência do Primeiro-Ministro. Sendo assim, julgamos relevante mostrar e detalhar como essa pesquisa foi feita e alguns dos resultados que alcançamos até presente momento. Afirmamos, entretanto, não ser possível chegarmos a uma conclusão em definitivo, uma vez que há uma infinidade de palavras e filtros que podem ser utilizados de acordo com o objetivo da pesquisa. Esta busca foi realizada apenas em um *site*, a Plataforma CAPES.

Na linha *Educação*, identificamos em torno de 134 dissertações e teses. Em sua maioria, os trabalhos versam sobre as reformas feitas por Pombal no período em que este atuou como Primeiro Ministro. Todavia, existem, também, textos que tratam da importância que as medidas pombalinas tiveram ao longo dos séculos no Brasil e também em Portugal. O compilado que foi feito contemplou, de forma maciça, as palavras que foram propostas previamente.

Os trabalhos que mais se aproximam de nossa temática são os seguintes. *O papel do ensino de língua inglesa na formação do perfeito negociante (1759-1846)*, uma dissertação escrita por Thadeu Vinicius Souza Teles, no ano de 2012, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação (doravante PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Este texto foi composto com o objetivo de observar os graus de influência da relação político-econômica mantida entre Portugal e Inglaterra no processo de institucionalização do ensino de língua inglesa, visando à compreensão do projeto do perfeito negociante idealizado na legislação pombalina, bem como das Aulas de Comércio e do processo de formação do homem português.

Há, também, a dissertação *A instituição do ensino de primeiras letras no Brasil (1757-1827)*, defendida por Mariângela Dias Santos no PPGED. Seu objetivo foi o de investigar o processo de escolarização dos saberes elementares ocorrido em Portugal e seus domínios, especialmente no Brasil, à luz das reformas pombalinas da instrução pública. E, por fim, a dissertação intitulada *Sob as Luzes das Reformas Pombalinas da Instrução Pública: a produção dicionarística Luso-brasileira (1757-1827)*, defendida em 2011 por Álvaro Souza O texto teve como objetivo a análise do impacto das Reformas Pombalinas da Instrução Pública sobre a produção de dicionários de língua portuguesa (monolíngue e bilíngue) e o modo como estes se correlacionam com o processo de escolarização tanto em Portugal quanto no Brasil. Em relação aos trabalhos de doutorado, destacamos uma tese defendida no PPGED, em 2019, por Thadeu Teles, intitulada *O inglês como língua dos negócios: o caso da instrução comercial*

luso-brasileira (1759-1902). O texto empreendeu uma investigação sobre a história do ensino de língua inglesa para fins comerciais, no contexto da formação dos negociantes portugueses e brasileiros, após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, dentro da vertente pedagógica do reformismo pombalino.

A tese de Vinicius Furlan, sob o título *Gabriel Malagrida (1689-1761): Educador e missionário da Companhia de Jesus na América Portuguesa*, nos elucida sobre o marco do século XVIII gerado pelo fim das atividades de mais de duzentos anos da Companhia de Jesus, umas das ordens religiosas que atuou no controle majoritário da educação em Portugal e seus domínios, desde o século XVI até sua extinção no século XVIII. No final do reinado de Dom João V e durante o reinado de Dom José I, ocorreram em Portugal tentativas de mudanças na estrutura política, econômica, administrativa, cultural e educacional com o objetivo de que a sociedade portuguesa retomasse o seu desenvolvimento e posição de destaque no cenário mundial. Após os anos de 1750, com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como ministro da Coroa e responsável pelas reformas modernizadoras do reino e pela expulsão da Companhia de Jesus de Portugal. De origem italiana, o padre Gabriel Malagrida dedicou mais de quarenta anos de sua vida às missões. Atuou no norte e nordeste da América Portuguesa e na sociedade portuguesa. Com a ascensão de Dom José I ao trono e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como ministro, a situação se alterou, porque, efetivamente, foram iniciadas as reformas do Estado em Portugal e teve início o embate entre a Companhia de Jesus e o ministro de Dom José I. Além do fato de ser jesuíta, o padre Gabriel Malagrida fez uma efetiva oposição às reformas e se envolveu em fatos, como a publicação de um opúsculo com uma explicação sobre o terremoto de 1755, contrário àquelas dadas pela Coroa. A tese tem como objetivo analisar a atuação do padre Gabriel Malagrida durante o contexto das reformas do reinado de Dom José I nos aspectos religiosos, sociais e educativos, de acordo com o contexto histórico estabelecido com a prática do Antijesuitismo do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Ou seja, de um lado, um padre jesuíta que defendia o projeto educativo de sua Ordem religiosa e em estreita relação Estado e Igreja e, do outro, o ministro de Dom José I, que julgava as práticas educativas da Companhia de Jesus como fator causador da estagnação e não desenvolvimento do Estado português e, com base nos ideais do Iluminismo, defendia que a Igreja deveria ser subjugada ao poder do Estado, exaltando assim, a ideia de nacionalismo português.

2 POMBALISMO

Para Falcon (1993), a análise da obra e da vida do Marquês de Pombal pode ser dividida em seis períodos. O primeiro é composto por análises realizadas por historiadores/pesquisadores contemporâneos de Sebastião. O segundo se estrutura a partir de admiradores e críticos imediatos de suas obras. O terceiro é composto por análises de liberais que gestaram o mito do liberalismo pombalino. O quarto é estruturado por conservadores que fundam o mito da tirania pombalina. O quinto se refere aos estudos apresentados por pesquisadores/historiadores durante a primeira metade do século XX. E o sexto engloba as análises mais recentes, iniciadas por volta de 1945.

A vida pública de Sebastião José de Carvalho e Melo se iniciou em 1738, a partir do momento em que foi nomeado pelo governo português para desempenhar as funções de diplomáticas em Londres. Durante o período em que fez parte da Coroa, sua trajetória pode ser dividida em quatro etapas: a etapa dos interesses particulares; a etapa diplomática; a etapa governativa; e a etapa que corresponde ao exílio. Entre os anos de 1699 e 1738, ele se dedicou exclusivamente a seus interesses pessoais enquanto pequeno fidalgo, juntamente com seu tio, saindo dela muito frustrado por não ter reconhecimento do Rei. A etapa diplomática (1738 a 1740) trata-se da época em que Sebastião exerceu funções diplomáticas em Londres e Viena, período este que moldou seus próximos passos na carreira política. A terceira etapa, a governativa, que vai de 1750 a 1777, pode ser considerada a mais importante de sua vida. Foi nesse período, durante o reinado de Dom José I em Portugal, que Carvalho teve papel fundamental na direção dos negócios do país. Por fim, a quarta etapa de sua vida compreende o período em que ficou exilado: entre a morte de Dom José I em 1777 e sua própria morte em 1782. (Shigunov Neto, 2015). Para fins dessa pesquisa nos interessa analisar, nesse momento, o que é o Pombalismo, como ele está diretamente relacionado ao Iluminismo¹ português e as consequências que as Reformas Pombalinas, elaboradas em conjunto com outros intelectuais que, trouxeram para o Reino português.

¹ O Iluminismo é um dos temas mais importantes na História das ideias, influenciando toda a estrutura mental do Ocidente contemporâneo. Como conceito, foi criado pelo filósofo alemão Immanuel Kant, em 1784, para definir a filosofia dominante na Europa ocidental no século xviii. A palavra Iluminismo vem de *Esclarecimento* (*Aufklärung* no original alemão), usada para designar a condição para que o *homem*, a humanidade, fosse autônomo. Isso só seria possível, afirmava o Iluminismo, se cada indivíduo pensasse por si próprio, utilizando a razão. (SILVA, p.210, 2009)

O maior idealizador Sebastião José de Carvalho e Melo ou Marquês de Pombal construiu um projeto de gestão movido pela perspectiva de reforma pública. Para José Vicente Serrão, “o pombalismo significou a construção do moderno Estado Português” (Serrão, 1989, p.12), com intervenções diretas para que existisse um controle maior por parte do Rei Dom. José I. Laerte Ramos de Carvalho observa que o pombalismo foi a mais acabada expressão do iluminismo português “a sua justificação, como forma de modernização ideológica, política e econômica, embora concretizada sob as limitações do absolutismo, traduz as preocupações genéricas do movimento iluminista” (Carvalho, 1978, p 186). Nos escritos da *Revista de História das Ideias*, em homenagem ao segundo centenário da morte do Marquês de Pombal, temos reflexões acerca do significado do Pombalismo. Em sua nota introdutória, ventila-se o que significaram as ações do Marquês para o reino português e como dialogaram com o resto da Europa. Logo, temos um conceito criado por Torgal do que seria Pombalismo:

Começamos por dizer – conforme tem sido muitas vezes repetido – que o Marquês de Pombal e uma personalidade polémica. É daquelas figuras que constantemente suscita a adesão ou a repulsa das ideologias políticas e o desejo de fazer a seu respeito “revisões históricas”, que muitas vezes nada têm de científico (TORGAL, 1982, p.7).

Desta forma, o Pombalismo pode ser considerado um acontecimento na segunda metade do século XVIII, que se traduziu na idealização e execução de um projeto reformador, de incidência praticamente global, empreendido por um conjunto de homens, na sua maioria ligados ao Estado, que naquele momento era a figura do marquês de Pombal. As consequências que o Pombalismo trouxe para o Estado português foram notórias, ocorreu um processo de crescimento do Estado, assim como de um grupo social identificado com ele. Durante o reinado Josefino assiste-se à reestruturação e racionalização do aparelho de Estado, e à sua frente vemos surgir um grupo consideravelmente homogêneo do ponto de vista político, ideológico e filosófico, uma elite aristocrática togada. Pensamos no Pombalismo como algo que foi além da política, isto é, este passou a ser visto como objeto de reflexão científica também. A pretensões do Marquês envolviam o favorecimento para este grupo, tornando-o importante e forte politicamente. Serrão diz:

Uma das principais vantagens que o conceito de Pombalismo, na definição aqui proposta, pode trazer é dar expressão formal a uma preocupação que tem vindo a consolidar-se na historiografia pombalina, e que consiste em contrariar a ideia de uma personalização absoluta das responsabilidades pela governação do período 1750-1777 na figura do marquês de Pombal. Em contrapartida, o conceito exprime a ideia de uma responsabilidade plural. Traduz a existência de uma rede de pessoas e de entidades político-institucionais que comungavam de um conjunto de ideias e de projectos de

intervenção convergentes, todas elas, pelo menos quanto ao essencial, agindo sob a confiança e a protecção política de Pombal, ou procurando desfrutar das possibilidades abertas pela sua governação (SERRÃO, 2000, p.6)

Em Portugal, o despotismo esclarecido esteve presente no governo do Marquês de Pombal, então ministro de Dom. José I. Esse movimento e expressão do iluminismo na Europa no século XVIII, embora partilhasse seu espaço como absolutismo², o despotismo era fomentado pelos ideais de progresso, reforma e filantropia, todavia, não eram aceitas todas as ideias do Iluminismo, com a definição entre a combinação desses diferentes ideais e a sua concretização pertencendo ao próprio déspota. A expressão "despotismo esclarecido" não foi contemporânea aos acontecimentos, tendo sido forjada mais tarde pelos pesquisadores. Carvalho Junior traz uma observação sobre o período em Portugal.

Na historiografia luso-brasileira é muito comum associar Iluminismo com Pombalismo, com destaque para o papel central desempenhado pelas Reformas da Universidade de 1772. Esta relação foi em grande parte sedimentada pelo trabalho clássico de Falcon, em que ilustração e governação pombalina convivem em um mesmo espaço-tempo, a tal ponto que se torna difícil pensar uma coisa sem a outra. De acordo com esta perspectiva, a Reforma da Universidade de Coimbra acabou servindo aos interesses do Estado, enquadrada dentro do projeto político de Pombal, uma política regalista, que visava promover o avanço do Estado em direção aos demais setores da sociedade.¹⁴ Porém, tendo como referência o conceito de esfera pública de Habermas, o papel central exercido pela Universidade de Coimbra no Iluminismo português deveria ser relativizado, pois as reformas implementadas em 1772 não corresponderam a um processo resultante de um debate crítico promovido na sociedade, mas acima de tudo fruto do absolutismo ilustrado de Pombal. (CARVALHO JUNIOR, 2015, p.11)

O Pombalismo foi responsável pela mudança no reino português, esta se mostrava favorável a uma política globalmente reformadora. Seguindo os fatos históricos, mapeamos as suas principais linhas de ação e realização, levando em conta que ainda o objeto nunca se esgota e muitas linhas secundárias surgirão durante a pesquisa, podemos até mesmo ser feita outros trabalhos. Ao tratarmos do campo político, o qual constitui um dos meios privilegiados de observação do Pombalismo, este esteve associado, a uma importante medida, ao crescimento do Estado, à revalorização do seu estatuto e do seu papel na sociedade e ao reforço do seu poder, ou seja, a ascensão das ideias e práticas nacionalistas. A organização e funcionamento políticos

² O Absolutismo é um conceito histórico que se refere à forma de governo em que o poder é centralizado na figura do monarca, que o transmite hereditariamente. Esse sistema foi específico da Europa nos séculos XVI a XVII. Assim, não podemos falar de um Absolutismo chinês ou africano, pois devemos ter sempre em mente que os conceitos são construídos para determinado momento e lugar na história, e não podem ser aplicados para outras realidades de forma indiscriminada (SILVA, 2009, p.11)

da monarquia instituído foram moldados e instruídos pelo Pombalismo. Ao permitir à concentração de poderes e de responsabilidades na pessoa do primeiro-ministro (Sebastião José) situado no topo do aparelho estatal como chefe de Estado, e relegar ao monarca um papel quase exclusivamente honorífico, concretiza-se uma sobreposição do poder do Estado em relação ao poder da Coroa. Falcon (1993, p.374) evidencia as primeiras providências tomadas pelo governo pombalino “a reorganização e reforço do Estado; a recuperação dos rendimentos coloniais pela desobstrução dos canais burocráticos que tolhiam a circulação comercial e a arrecadação fiscal”.

Houve alguns embates no período pombalino, o seu adversário mais relevante foi a Igreja que constituía como uma outra organização institucional, nesse momento em oposição ao Estado. O Pombalismo confrontou à Igreja de modo implacável, visando reduzir o seu poder político, institucional, ideológico e econômico e submetê-la à plena autoridade da Coroa Portuguesa. Foi-se exigido que a Igreja ocupasse apenas o seu papel espiritual e não interferisse nos poderes políticos da nação, desta forma, o Estado poderia se centralizar e se fortalecer, algo que durante séculos foi negligenciado. O Marquês de Pombal implementou, em um país extremamente católico, medidas que descentralizaram o poder que a Igreja, por isso “uma campanha pombalina em uma marcante escala a nível nacional e internacional contra os religiosos da Companhia de Jesus e estabelece um dos mitos matriciais do mito de *complot* dos Jesuítas” (FRANCO, 2005, p. 27). Para Carvalho e Melo, era notável que o grau de influência dos jesuítas há muito já ultrapassava os muros dos colégios e universidades portuguesas. Enquanto ordem religiosa com poderes quase autônomos e detentora da administração e legislação de boa parte das instituições de ensino, a Companhia de Jesus se tornava um poderoso empecilho tanto aos interesses políticos quanto pedagógicos inseridos no bojo do reformismo ilustrado em Portugal. A propaganda Antijesuítica aliada a perseguição aos Jesuítas insere-se neste processo. Franco contextualiza de que forma o esquema foi elaborado:

Este esquema ideológico informa aquilo que designamos por literatura antijesuítica pombalina. Esta terminologia constituída aqui para efeitos operatórios de caráter hermenêutico, em que o termo “literatura” é usado *latu sensu*, engloba o conjunto das obras impressas e manuscritas, desde tratados a simples editais desde aforismos a peças iconográficas, não só de autoria de Pombal ou inspirados e encomendados por este ministro, ou ainda feitos sob a supervisão, mas também os escritos e instrumentos de propaganda antijesuítica adotados e produzidos no período da governação pombalina que foram elaborados em sintonia com esta ideologia dominante. Todos eles, em geral, se orientavam, sob o alto patrocínio de Sebastião José, no sentido de sustentar a promoção da política antijesuítica do Estado e de fornecer utensílios teóricos e estratégicos para munir o combate à Companhia de Jesus, elegida como inimigo por excelência do reino. Pr associação a esta noção de literatura antijesuítica aparece-nos a noção de antijesuítismo pombalino que também importa explicar, dado

ser outro conceito operatório fundamental para o nosso estudo. Trata-se do antijesuitismo concebido por Pombal e seus colaboradores e seguidores, que se pode definir como uma espécie de corrente de pensamento e de ação política específica que produziu uma ideologia de combate contra uma instituição construída como chave de leitura da história do reino e da evolução dos seus dinamismos nos vários âmbitos da sociedade em que os Jesuítas teriam influído de uma forma holística. Esse processo de construção ideológica que se direciona fundamentalmente para a produção de consequências políticas, instaura uma visão oficial da história de Portugal e do seu desempenho dos diversos sectores da vida do país em função da avaliação do papel dos jesuítas e do jesuitismo nessa deriva histórica. (FRANCO, 2009, p. 286)

A Companhia de Jesus acumulou até os Setecentos um vasto domínio sobre a formação intelectual europeia (BANGERT, 1985, p.518), Portugal entre eles, era considerado um dos maiores redutos. No entanto, as crescentes divergências entre os objetivos de Carvalho e Melo e a tentativa da Companhia de Jesus em manter sua posição privilegiada resultariam no desterro dos jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios ultramarinos por meio de um Alvará régio em 03 de setembro de 1759³. Havia a confiança de que reformar os estudos universitários – bem como reformar a instrução de primeiras letras e secundária – era o passaporte para a Reforma do Estado; um Estado que se pretendia incluído em seu tempo – competitivo e potente. (BOTO, 2010, p.296). Mais uma vez o termo “Antijesuitismo pombalino” é usado como forma de nomear as ações do clero, desta vez remetendo a educação portuguesa.

O Antijesuitismo pombalino, no setor da educação, estribou-se numa série de fatos ainda não suficientemente contestados. Alegou-se, por exemplo, que com a entrega do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, à Companhia de Jesus, posteriormente, com as provisões segundo as nenhum estudante seria admitido nos cursos de Leis e Cânones da Universidade de Coimbra sem os prévios exames no referido Colégio, o ensino português se transformou, praticamente, num monopólio da Companhia de Jesus. (CARVALHO, 1978, p. 33)

Outro forte adversário do Pombalismo, em sua cruzada pelo poder, eram algumas famílias de alta nobreza, estas tinham interesse em partilhar o poder entre si ou conservar os seus privilégios políticos, contudo, Pombal tinha outros objetivos. Durante essa queda de braço, o violento processo dos Távora aconteceu. É dito por alguns estudiosos que essa ação funcionou

³ No caso do Alvará de 28 de junho de 1759 – também conhecido como Lei Geral dos Estudos Menores -, por exemplo, é sabido que Sebastião José de Carvalho e Melo, em 9 de fevereiro daquele mesmo ano, dirigiu-se a Gaspar de Saldanha de Albuquerque, à época Reitor da Universidade de Coimbra, solicitando informações e pareceres para a elaboração da determinação régia que iria proibir os jesuítas de ensinar e reformar o ensino de humanidades em Portugal e seus domínios. (OLIVEIRA, 2010, p.15)

como um alerta e demonstração de poder do primeiro-ministro perante os possíveis levantes que poderia ocorrer, tornando esta ação um símbolo de uma suposta política de antinobreza da administração pombalina. Contudo, durante a sua gestão, Pombal considerou nobreza como um dos esteios da monarquia absoluta, indispensável à conservação das suas instituições. Obviamente, a nobreza deveria executar uma contrapartida: subordina-se à autoridade política do Príncipe absoluto e do Estado. Mesmo assim, houve um claro movimento de abertura das possibilidades de mobilidade social vertical – é nisto que consiste a novidade do Pombalismo. A futura “classe média” foi construída pela perspectiva pombalina de que formação não se limitava apenas

[...] É significativo que Pombal, antes de pensar na formação dos teólogos, canonistas, advogados e médicos - problema que não foi estranho aos propósitos do gabinete de D. José I – cuidasse, preliminarmente, de amparar o trabalho econômico por intermédio da criação de uma escola destinada a formara “elite” indispensável ao progresso financeiro das empresas e dos grupos que a política monopolista do novo governo planejara e organizara, ao pretender incentivar o acúmulo de riqueza individuais de tal forma que as novas condições econômicas melhor pudessem satisfazer aos reclamos dos interesses estatais (CARVALHO, 1978, p.43)

O comércio foi o primeiro alvo dessas Reformas com a criação do Real Colégio dos Nobres (1761) e a Aula de Comércio (1759). A criação da Aula de Comércio, confirmada juntamente com seus Estatutos, através do Alvará de 19 de maio de 1759, esta representa o ponto de partida da preocupação portuguesa com a instrução comercial. Existiam graves desequilíbrios relativos, com um peso desproporcionado do setor mercantil; os índices de investimento eram baixos, dada a reduzida acumulação decapitais em mãos nacionais, por conta da sua economia baseada no mercantilismo e comerciantes despreparados, a discussão a respeito da necessidade de capacitar os homens responsáveis por assistir efetivamente o comércio português. Essa reformulação aconteceu por conta do Terremoto de Lisboa (1755) pareceu ter estremecido a “passividade portuguesa e influenciado determinantemente sua reação na reconstrução de sua capital devastada, bem como nas reformas de diversas esferas da estrutura portuguesa” (TELES, 2019, p. 18). Por outro lado, tinha-se uma estrutura econômica muito subordinada à Inglaterra, na época, potência que, através de uma marinha mercante forte e de significativa importante controlava o comércio externo e ultramarino português através de acordos que não favoreciam o desenvolvimento da Coroa de Dom José I. Pombal dissolveu a Câmara de Comércio de Lisboa e criou a Junta do Comércio, por Decreto Real de 30 de setembro de 1755. A Junta do Comércio era regulamentada pelos estatutos de 12 de dezembro

de 1756, aprovados pelo Alvará de 16 de dezembro de 1756. Esses estatutos definiam a nomeação dos membros da Junta, além de dias e locais para reuniões semanais.

Entre as principais reformas empreendidas pela figura revolucionária do Marquês de Pombal, encontra-se a criação da Aula de Comércio (1759). Tal Aula consistiu basicamente em aulas sobre aritmética, câmbio, pesos e medidas, seguros e métodos de escrever livros ou partidas dobradas. Além das aulas sobre gestão e as rotinas mercantis, o ensino de línguas estrangeiras deu seus primeiros passos com a finalidade de viabilizar transações comerciais, tradução de textos, redação de cartas de mercância, apólice de seguros, entre outros (TELES, 2019, p. 19).

O Alvará veio no intuito de organizar o comércio português que mesmo antes do terremoto vinha sofrendo ataques de outros comércios europeus. Era como as riquezas explorada por Portugal em suas colônias irem parar nas igrejas inglesas, por conta da falta de preparo dos comerciantes. Preparo, principalmente, educacional, muitos não possuíam instrução para lidar que as perdas e ganhos que o comercio poderia proporcionar e extrapolavam limites, aliado ao fato de não saberem comercializar seus produtos (peixes, azeite) com outros países e saírem no prejuízo. Diz Teles:

Entretanto, foi a partir do terremoto que as pretensões políticas do Marquês de Pombal ganharam notoriedade, quando assumiu a reconstrução de uma Lisboa independente economicamente, transformando-a no centro comercial e administrativo de Portugal. Um exemplo desse interesse esteve na construção da Praça do Comércio, onde se localizava a antiga Praça Real. Além das reformas urbanísticas, Pombal provocou reformas estruturais em diversas. (TELES, 2019, p. 68)

E ainda Ramos, Sousa & Monteiro:

Ao mesmo tempo que se empenhava na consolidação do seu próprio estatuto e na reconstrução de Lisboa, o futuro marquês de Pombal investiu naquele que era um aspecto essencial das suas convicções programáticas: a reorganização do aparelho comercial, de acordo com conhecidos parâmetros mercantilistas, visando melhorar as relações de troca com o exterior e, em particular, com a Inglaterra (RAMOS, SOUSA & MONTEIRO, 2009, p. 366).

Já no preâmbulo do Estatuto ficam claros seus objetivos:

“A Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, havendo considerado que a falta de formalidade na distribuição, e ordem dos livros do mesmo Commercio, He huma das primeiras causas, e o mais evidente principio da decadência, e ruina de muitos negociantes; como também, que a ignorancia da redução dos dinheiros, dos pesos, das medidas, e da intelligencia dos câmbios, e de outras matérias mercantis, não podem deixar de ser de grande prejuízo, e impedimento a todo, e qualquer negocio com as Nações estrangeiras; e procurando, quando pede a obrigação do sue Instituto, emendar essa conhecida desordem, propoz a Sua Magestade no Capitulo dezaseis dos Estatutos da mesma Junta, que se devia estabelecer huma Aula, em que presidisse hum, ou dous Mestres, e se admitissem vinte Assistentes do número, e outros

supernumerarios, para que nesta pública, e muito importante Escola se ensinasse os princípios necessários a qualquer Negociante perfeito, e pela comunicação do methodo Italiano, aceito em toda a Europa, ninguém deixasse de guardar os livros do seu Commercio com a formalidade devida” (PORTUGAL, 1830, p.656).

Existiam pré-requisitos necessários para se participar, a exemplo dos assistentes ou estudantes “deveriam ter a idade mínima de quatorze anos completos, saber ler, escrever e contar” (OLIVEIRA, 2010, p. 61). Estudantes que faziam essas aulas pertenciam a uma classe social que busca formar um novo tipo de nobreza a partir da burguesia, ou seja, estes teriam sucesso na Corte através das suas capacidades e utilidade que poderiam ter para Portugal, esta é velha meritocracia. Mesmo que inicialmente não tenha sido escrito nesse alvará sobre o ensino de língua estrangeira, fica subentendido que o ensino de Inglês e Francês faziam parte das aulas, posteriormente no Alvará de 1803 nos Estatutos da Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto tinha o ensino das duas línguas.

Que sendo a Cidade do Porto a do mais considerável Commercio (depois da Capital), não havia modo estabelecido para as Pessoas, que se destinavam a esta Profissão, de adquirirem os indispensáveis Conhecimentos elementares, para a poderem exercer com perfeição, e vantagem do Estado: E que havendo muitas Obras escritas, da indispensável Instrução, nos Idiomas Inglez, e Francez, e a maior Navegação que fazem os Navios do Porto dáquella Cidade (á excepção do Brazil) se destina para os Paizes do Norte, e frequentemente para o Báltico, nos quaes he preciso entender as Linguas Vivas, pelo menos as duas referidas, precisando também os Comerciantes deste auxilio, para melhor fazerem a sua Correspondência Mercantil; não havendo até hoje na dita Cidade Estabelecimento algum, aonde se possam aprender as referidas Linguas (PORTUGAL, 1826, p. 148).

Com a expulsão dos jesuítas, em 12 de janeiro de 1759, de todo o território português – por crime de lesa-majestade – e a confiscação de todos os seus bens, ficou livre o caminho para o desenvolvimento das reformas educacionais pombalinas. No mesmo ano, em 28 de junho, foi expedido um alvará, publicado cinco meses após a determinação da expulsão da Companhia de Jesus, com a primeira providência organizacional do ensino, tendo como objetivo a reparação do prejuízo que o ensino jesuítico havia deixado. O documento prescreveu a metodologia a ser utilizada nas Escolas Menores, bem como enfatizou a sua repulsa pelo ensino jesuítico e os compêndios usados por esses professores. Determinou, ainda, a elaboração de novos métodos e compêndios, além da criação de Aulas Régias, novas estruturas educacionais para o reino português. A pretensão de Pombal com a criação da Reforma Pombalina dos Estudos Menores “seria acompanhada pela proposta de criação de uma política de aulas régias. Pela que lá se

pretendia substituir a organização do ensino jesuítico, mediante a configuração de uma política pela qual o Estado concederia a licença-docente e o subsídio necessário para autorizar professores habilitados em diferentes áreas do conhecimento a abrirem aulas dedicadas ao magistério” (BOTO, 2007, p. 54). Santos (2010, p. 70) ainda complementa:

A criação das aulas régias de Latim, Grego e Retórica se constituiu como uma ação essencial dentro do programa estipulado pelo Marquês de Pombal, através do Alvará de junho 1759, uma vez com a expulsão dos jesuítas. Era necessário dar continuidade aos estudos na corte e colônias. (SANTOS, 2010, p. 70).

As principais medidas implantadas pelo Marquês, por intermédio do Alvará de 28 de junho de 1759, foram: total destruição da organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal; instituição de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; criação do cargo de 'diretor de estudos' – pretendia-se que fosse um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino; introdução das aulas régias – aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio. A profunda reforma educacional trouxe um ensino menos engessado pelos dogmas dos jesuítas, especialmente a metodologia eclesiástica dos jesuítas é substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica. É o surgimento do espírito moderno que,

[...] marcando o divisor das águas entre a pedagogia jesuítica e a orientação nova dos modeladores dos estatutos pombalinos de 1772, já aparecem indícios claros da época que se deve abrir no século XIX e em que se defrontam essas duas tendências principais. Em lugar de um sistema único de ensino, a dualidade de escolas, umas leigas, outras confessionais, regidas todas, porém, pelos mesmos princípios; em lugar de um ensino puramente literário, clássico, o desenvolvimento do ensino científico que começa a fazer lentamente seus progressos ao lado da educação literária, preponderante em todas as escolas; em lugar da exclusividade de ensino de latim e do português, a penetração progressiva das línguas vivas e literaturas modernas (francesa e inglesa); e, afinal, a ramificação de tendências que, se não chegam a determinar a ruptura de unidade de pensamento, abrem o campo aos primeiros choques entre as idéias antigas, corporificadas no ensino jesuítico, e a nova corrente de pensamento pedagógico, influenciada pelas idéias dos enciclopedistas franceses, vitoriosos, depois de 1789, na obra escolar da Revolução. (Azevedo, 1976, p. 56-57)

Para idealizar e executar a política educacional pombalina foi-se a inserido de equipe de intelectuais e estrangeirados⁴ com uma governança esclarecida para combater a influência

⁴ Segundo Menezes (1999, p. 65), a expressão “estrangeirado” era designada a lusitanos, em sua maioria, fidalgos e juristas, militares ou diplomatas que, ao saírem de Portugal, tiveram contato com o mundo externo e com

ideológica de natureza eclesiástica. Por conta da sua carreira política e experiência de vida, Pombal valorizava aqueles que, assim como ele, passaram muito tempo longe de Portugal e se aperfeiçoaram em suas respectivas áreas, conseguindo a atenção social em seus campos de atuação. Dessa forma, ele se cercou de influentes intelectuais que trouxeram ideias para a renovação da nação, tais como Ribeiro Sanches e Luís António Verney, os quais haviam incorporado a cultura iluminista de países como a França e a Inglaterra. Cada um deles contribuiu para o Reino português naquele momento, portanto, é impossível mensurar quais foram mais importantes. Serrão comenta no seu artigo *De Pombal ao Pombalismo* o seguinte:

Numa tentativa de identificar com maior precisão a composição do grupo do Pombalismo e de indicar algumas pistas de investigação, aqui se apontam uns quantos nomes, dos mais representativos: à cabeça, evidentemente, o marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo; os seus dois irmãos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (governador do estado do Maranhão e depois secretário de Estado da Marinha e Ultramar) e Paulo de Carvalho Mendonça (inquisidor-geral e presidente do Senado da Câmara de Lisboa); o seu filho primogénito (também presidente do Senado); José de Seabra da Silva (coleccionador de cargos estratégicos, com destaque para os de Procurador da Coroa e Secretário de Estado Adjunto de Pombal), grande responsável pela obra jurídica do Pombalismo e projectado sucessor do marquês até ter caído em desgraça em 1774; Aires de Sá e Melo (diplomata e substituto de Seabra como Secretário de Estado Adjunto); D. Luis da Cunha Manuel (também diplomata e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros); o cardeal da Cunha (um homem muito influente na governação, mas cuja inclusão nesta lista não está isenta de dúvidas); Fr. Manuel do Cenáculo (figura importante da hierarquia da Igreja, membro de vários organismos criados pelo Pombalismo e um dos colaboradores mais próximos do marquês); o Padre Antonio Pereira de Figueiredo, que desempenhou um papel relevante na obra doutrinária e propagandística do Pombalismo; vários grandes mercadores, com interesses nalguns dos principais sectores da economia portuguesa e que estiveram ligados aos organismos oficiais ou semioficiais da área económica (por exemplo, a Junta do Comercio, o Erário Régio, as companhias comerciais) – os irmãos Cruz, Rodrigues Bandeira, Braamcamp, Quintela, entre outros; dois homens da Universidade, Francisco de Lemos Faria e Pascoal de Melo Freire; o grupo de magistrados e juristas afectados ao Desembargo do Paço, que desempenharam um papel de máxima importância na actuação do Pombalismo – casos, por exemplo, de José Ricalde, João Pereira Ramos, Bartolomeu Giraldes, Joao Pacheco Pereira, Serra Crasbeck, Afonseca Lemos, Cordeiro Pereira. Poder-se-ia acrescentar ainda substancialmente esta lista, mas tal cairia fora dos propósitos deste trabalho. (SERRÃO, 1982, p.8)

os avanços filosóficos e científicos que invadiam os países mais desenvolvidos da Europa., tais como, D. Luís da Cunha, António Nunes Ribeiro Sanches e Francisco Xavier de Oliveira (Cavaleiro de Oliveira).

A professora Carlota Boto (2011, p.38) faz a seguinte colocação sobre: “Os estrangeirados portugueses do século XVIII preocupavam-se com o atraso cultural do país. Consideravam que a situação do seu Portugal contemporâneo era de decadência: decadência perante os países mais avançados da Europa; decadência à luz dos rumos tomados pela colonização; decadência perante o poder que, um dia o país acreditou possuir...”

Falcon diz (1982, p.201-202) [...] os estrangeirados existem, são importantes, representam as novas ideias, têm uma visão ampla, criadora, são dotados de capacidades intelectuais que os fazem necessários à monarquia

Com intuito de manter a compreensão textual, iremos focar apenas em dois intelectuais que modificaram a educação, informando que cada um deles trouxe uma concepção diferente sobre educação. Para Falcon, em Portugal, na época, possuía-se três tipos de intelectuais no século XVIII. Seriam eles:

Os intelectuais tradicionais eclesiásticos, que representam a antiga ordem senhorial; os intelectuais tradicionais não-eclesiásticos, que são os integrantes do aparelho burocrático do estado absolutista – juízes, conselheiros, diplomatas, administradores, são orgânicos em relação à burguesia em ascensão construindo, no século XVIII, o tipo consagrado do “homem de letras” (OLIVEIRA, 2010, p.152-153).

A priori, trataremos de um dos principais influenciadores: António Ribeiro Sanches (1699-1783), ele era judeu, médico, filósofo, pedagogo, e um dos intelectuais portugueses mais influentes. Sua influência em atividades fundamentais contribuiu para que houvesse no reino uma série de reformas no âmbito cultural, filosófico e científico. O seu objetivo maior girava em torno da possibilidade de mudança da mentalidade da mocidade, fazendo com que ela se preocupasse em servir à pátria com dedicação e gratidão. A solução para os problemas portugueses trouxe à tona a elaboração de obras que ajudaram Pombalismo a ganhar força. O texto mais conhecido intitula-se *Cartas sobre a educação da mocidade*, produzido em 1760. Nessas cartas, Ribeiro argumenta que a Coroa Portuguesa deve assumir o controle do ensino superior, dominado pelos nobres portugueses. O médico ficou entusiasmado, aproveitando o ensejo para expressar as ideias que tinha sobre a educação portuguesa. Anteriormente, o intelectual já havia proposto a criação do Colégio Real dos Nobres. Isso fazia parte do Plano Geral da educação, que englobava o ensino primário até o universitário. A filosofia de Ribeiro Sanches consistia em uma visão pedagógica voltada para uma educação cívica, na igualização do trato aos nobres, no estudo das línguas vivas⁵ e nas aulas de atividades físicas. Segundo Carlota Boto (2004, p. 162), o modelo educacional defendido por Sanches tinha como propósito “[...] preparar súditos capazes de identificar e reconhecer como legítimos as leis e os costumes do Estado”).

”Se contra os mais fieis intentos que me animaram neste trabalho se acharem faltas, e que me accussem de chimerico, deve-se lamentar a minha sorte que por trinta e nove annos empregados a estudar a medicina em cinco universidades, e a pratical-a como vice-presidente de um tribunal medico, como medico da escola militar da nobreza de Rússia, e ultimamente de tres monarchas do mesmo império não aprendi nem alcancei

⁵ Línguas grega e hebraica e posteriormente o francês e italiano (OLIVEIRA, 2010)

o que podia satisfazer as ordens de sua Majestade que tanto do intimo da minha alma quizera e quero executar.» ("") (SANCHES, 1768, p. 103)

Em 1758, com o intuito de esboçar as futuras possibilidades de reforma educacional no reino de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, por intermédio de Pedro da Costa de Almeida Salema, encomendou a produção do *Método para Aprender e Estudar a Medicina*, finalizado em 1763. O médico apoia o ensino da Medicina como ciência emancipada dos dogmas metafísicos e teológicos, fundada em investigações rigorosas dos pacientes e na pragmática observação dos fatos e de ser útil ao Estado Português. Juntamente ao ofício de médico, Sanches indica que o estudante que desejasse entrar no curso deveria se mostrar instruído em “línguas doudas, na Geografia, na História, na Filosofia Racional, e Moral; e que entrará a ouvir os Lentes de Medicina, com estes princípios, base do que lhe ensinarem”. (SANCHES, 1761, p.02). Para Sanches as escolas:

Precisavam ser distribuídas estrategicamente. Existiriam apenas naqueles lugares onde fosse necessária a educação da juventude. Nesse sentido, o autor propunha a instauração de um tribunal voltado especificamente para as coisas do ensino; e, assim, “que em nenhuma aldeia, lugar ou vila onde não houvesse duzentos fogos não fosse permitido, a secular ou eclesiástico, ensinar por dinheiro ou de graça a ler ou a escrever” (Sanches, s.d., p. 129).

A união entre os dois intelectuais tinha o objetivo de acelerar o seu percurso histórico e recuperar o atraso através da modernização e aperfeiçoamento da Educação do povo português. Existia um consenso no que se referia ao atrasado em que se achava a juventude de Portugal em relação à juventude de outros países da Europa. A “educação da mocidade”⁶ fazia parte da base teórica de Ribeiro a uma educação mais conduzida pelo Estado, não ficando mais a cargo dos eclesiásticos. A educação serviria para formar um súbdito obediente e diligente no cumprimento das suas obrigações. Em *Cartas sobre a Educação*, temos a seguinte passagem:

Já que os sumos Pontífices e os Bispos se arrogaram o poder absoluto da Educação das Escolas da Cristandade, e de corrigir os costumes, é preciso que indaguemos a origem destes poderes: e então veremos que Sua Majestade Fidelíssima é o Senhor com legítimo Jus de decretar leis para a Educação dos seus leais Súbditos, não só nas Escolas da puerícia; mas também em todas aquelas onde aprende a Mocidade. Parece-me, Ilustríssimo Senhor, ser da maior importância esta matéria, porque até agora não achei Autor que tratasse dela, como necessita o Jus da Majestade (RIBEIRO, 1760, p.5).

Ribeiro Sanches propõe, então, com base nos requisitos profissionais acima assinalados, três tipos de escolas maiores, que uniria duas fatores importantes para a nação: preparo da mocidade nobre para o aprendizado das ciências e a possibilidade dos súditos servirem bem a

⁶ Cartas sobre a Educação da Mocidade

pátria. Diz Joaquim Ferreira (s.d., p. 60) que “essas escolas maiores ou Faculdades seriam de fundação régia, independentemente da anuência da Santa-Sé”. Ribeiro Sanches, diz Carlota Boto, “ao tratar dos estudos maiores, sugere, sob os critérios acima indicados, a classificação das ciências em três modalidades de escolas”. Na *primeira escola*, os assuntos da natureza humana, dos corpos, de suas combinações, a história natural, a botânica, a anatomia, a química, a metalurgia e a medicina seriam a prioridade. A *segunda escola* teria como foco os saberes necessários ao “Estado político e civil para governar-se e a conservar-se” (Sanches, s.d., p. 158), a título de assegurar a felicidade dos súditos. Aqui as matérias de estudo seriam “história universal, profana e sagrada; a filosofia moral, direito das gentes, o direito civil, as leis pátrias; a economia civil, que se reduz ao governo interior de cada Estado” (*idem, ibidem*). Finalmente, haveria uma *terceira escola*, que abarcaria os assuntos da religião sobre a qual Sanches afirma: “não me pertence a mim indicar o que nelas se devia aprender” (*idem, ibidem*). Assim, as coisas da religião ficariam separadas das “ciências humanas” (*idem, p. 159*).

Luís António Verney (1713-1792) foi um filósofo, teólogo, padre, professor e escritor português. Ele é considerado um dos maiores representantes do Iluminismo em Portugal e um dos mais famosos estrangeirados portugueses. Nascido em Lisboa e foi aluno do Colégio Jesuítico de Santo Antão. Depois frequentou Artes e Teologia na Universidade de Évora. Defensor da filosofia moderna, que se assentava na fundamentação científica newtoniana, Verney postula a renovação dos estudos do reino português sob nova base – moderna. Para ele, isso supunha colocar de parte autores consagrados como Aristóteles, Galeno ou Hipócrates.

Sua obra mais famosa foi *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746), publicado quando ele estava na Itália, esse livro tinha como objetivo partiu para o ataque contra a filosofia escolástica. Possuindo uma educação jesuítica, Verney foi implacável na sua crítica contra o método de estudo empregado pela Companhia de Jesus. A pedido do então monarca, Dom. João V, Verney iniciou a sua colaboração com o processo de reforma pedagógica do reino, contribuindo incontestavelmente para uma aproximação profícua com os ventos do progresso cultural que animavam os espíritos dos europeus mais progressistas. Entre os principais pontos defendidos pelo intelectual estão: o ensino devia basear-se nas realidades concretas e na experiência; a instrução elementar devia ser ministrada a ambos os sexos e a todas as classes; o Estado devia fomentar e custear as despesas da educação.

Embora se documente à saciedade o contacto da cultura portuguesa, antes do aparecimento do *Verdadeiro Método de Estudar*, com o movimento intelectual europeu, não há dúvida de que, a partir dessa data, se verifica uma inquietação ainda maior, com reflexos escritos que dominam toda a segunda metade do século. O ensino e o ambiente extra-escolar sentiram-se resolvidos de alto a baixo, sobretudo depois da promulgação dos Estatutos Novíssimo da Universidade de Coimbra. (ANDRADE, 1966, p.234).

Seu projeto pedagógico está constituído de algumas dessas propostas, tais como: secularização do ensino; valorização da língua portuguesa; papel e importância do estudo do latim, realizado por intermédio da língua portuguesa (uma das razões do estudo do latim era a possibilidade de simplificar e abreviar a duração dos estudos); redução do número de anos destinados aos estudos nos níveis de ensino inferiores, visando fundamentalmente aumentar o número de ingressos nos cursos superiores; apresentação de um plano de estudos para todos os níveis de ensino, do fundamental (que se inicia a partir dos sete anos de idade) até os níveis superiores de ensino; disciplinas que compõem sua proposta pedagógica são, em sua maioria, literárias, tais como: português, latim, retórica, poética e filosofia (lógica, moral, ética, metafísica e teologia), direito (direito civil e direito canônico), medicina (anatomia), grego, hebreu, francês, italiano, anatomia, física (aritmética e geometria); proposta de escola pública e gratuita para toda a população portuguesa, como medida de reduzir o analfabetismo da sociedade portuguesa.

Carvalho, caracteriza, desta maneira, Luís António Verney:

[...] nenhum, entretanto, tão ilustre como Verney, pela universalidade do plano concebido e pela ambição por que procurou, por intermédio de suas obras, realizar o programa planejado quase no verdor dos anos. É neste sentido que Luís António Verney é um pedagogo e, enquanto pedagogo, 'um iluminista' na medida em que o iluminismo é uma forma de pensar comum de homens que, em atitudes diversas de pensamento, procuram fazer da cultura um instrumento do progresso e da perfeição das sociedades e dos homens. Em Verney, não há apenas o programa de uma reforma sobre os estudos; há ainda a consciência da necessidade do desdobramento de uma tarefa pedagógica, realizando na ordem prática as diretrizes que o conhecimento das realidades portuguesas e das conquistas recentes da cultura impunham como propósito preliminar de uma política destinada a 'iluminar' verdadeiramente a nação lusitana. (CARVALHO, 1978, p. 61-62)

Um dos principais pontos que Verney terce sua crítica é a ignorância existente em matéria de ciência moderna, bem como o uso de tratados obsoletos sobre questões da física, o excessivo apego a um aristotelismo fora de época, e o inaceitável recurso ao argumento de

autoridade. Tudo isso paralisaria a razão - o que era, ainda, agravado pela excessiva valorização do verbalismo no ensino das ciências. Para Verney, em matéria de ciências, não interessa quem disse o que. Não interessa tanto como isso foi dito. O que parecia fundamental era verificar se a experiência comprova a veracidade da hipótese. Ao tratar agora do conhecimento das ciências, o autor encaminha-se para abarcar sua apreciação, não apenas dos estudos dessas matérias, mas dos modos de organização das chamadas escolas maiores - ou universidades. O autor enfatiza a necessidade de se observar para saber, portanto seria possível construir um juízo desanuviado apenas depois de uma observação minuciosa: "observar muito, e bem, ou saber-se servir dos que o fizeram; e fundar os seus raciocínios em princípios evidentes, quais são os matemáticos" (Verney, s.d., p. 176). Carlota diz o seguinte:

À luz dessa preocupação com os temas relativos ao ensino da língua, Verney critica a ignorância existente em matéria de ciência moderna, bem como o uso de tratados obsoletos sobre questões da física, o excessivo apego a um aristotelismo fora de época, e também o inaceitável recurso ao argumento de autoridade. Tudo isso paralisaria a razão – o que era, ainda, agravado pela excessiva valorização do verbalismo no ensino das ciências. Para Verney, em matéria de ciências, não interessa quem disse o que. Não interessa tanto como isso foi dito. O que parecia fundamental era verificar se a experiência comprova a veracidade da hipótese. Ao tratar agora do conhecimento das ciências, o autor encaminha-se para abarcar sua apreciação, não apenas dos estudos dessas matérias, mas dos modos de organização das chamadas escolas maiores – ou universidades. (BOTO, 2010, p.290)

Falcon faz uma análise sobre a relevância que a obra de Verney teve na época:

[...] reside não propriamente no seu 'conteúdo', mas no espírito que as acompanham e na ruptura que representam. [...] O espírito a que nos referimos é o da crítica irônica, muitas vezes satírica, ao ensino existente em Portugal, em todos os níveis, tanto no seu conteúdo quanto nos seus métodos, crítica que é também à cultura portuguesa com um todo. Tratava-se, em suma, de demonstrar que, em qualquer direção que se olhasse, Portugal estava atrasada, distanciando do que se passava nos centros civilizados. (FALCON, 1993, p. 331)

Em consonância com as ideias do iluminismo português e a relevância do Marquês de Pombal neste contexto, é possível perceber uma união dos pensamentos de Verney com os princípios que nortearam as ações empreendidas por Sebastião de Carvalho e Melo no governo joselino. Verney defendia a necessidade de haver uma regeneração cultural a partir de um novo método de estudos, que teria como base a filosofia dos modernos. Entretanto, apesar das semelhanças com as ideias que norteariam as reformas do ensino, Verney acabaria entrando em choque com Pombal.

O nacionalismo português enxergava na educação a maior fonte de mudança do Reino de Portugal, a construção da identidade⁷ nacional dependia de como seriam realizadas as reformas. Por isso, Pombal aplicou diversas reformas pedagógicas no ensino, fazendo com que o país tomasse a dianteira na criação do primeiro sistema de ensino estatal na Europa. Os jesuítas ocuparam muitos espaços no governo português, na educação, eles reuniam em suas mãos privilégios de poderosos alcances, pois eram responsáveis pela educação dos portugueses nobres ou abastados. Todo esse poder fez com que a figura perdesse o protagonismo, alimentando a desunião no reino. Pombal começou o processo de expulsão dos jesuítas revertendo o discurso do Clero e centralizando o poder no rei. Todavia, as atitudes autoritárias do seu governo cerceavam o criticismo do povo. A rigidez política não abria espaço para que o povo se quer opinasse. Por isso, na década de 1760, as prisões estavam lotadas de opositores do regime pombalino. Até mesmo o único jornal de Lisboa havia sido censurado por publicar declarações contrárias ao governo.

Mesmo que as leis se mostrassem autoritárias, Carvalho e Melo entendia trabalhar “considerando a natureza do governo e o gênio do povo”. Podiam as leis “proibitivas” trazer comigo efeitos de violência. Não obsta, todavia, a que “as necessidades do Estado” exigiam o seu exercício, sobretudo quando o país estava corrompido nos seus hábitos e vivia tão dependente do estrangeiro. Para criar estruturas validas da administração, impunha-se uma acentuada política “reformista”, ainda que esta tivesse de assentar numa centralização rígida, dando origem a facções opostas ou a meros clamores de prejuízo ou despeito. Havia no novo Ministro uma vontade de acção com base em princípio doutrinários que, a pouco e pouco, irão sendo apresentados nesta obra (SERRÃO, 1982, p.64).

As atitudes que o primeiro-ministro teve ao longo do seu governo e posteriormente despertaram sentimentos de adoração, bem como despertaram sentimento de repulsa. Por isso, Pombal se torna uma das figuras mais controversas na cultura portuguesa e brasileira. A construção mítica de Pombal, a todo tempo, sofre mudanças de acordo com o ponto de vista dos seus pesquisadores. No entanto, há um consenso de que Sebastião José foi uma personalidade importante, tanto assim que ainda se discutem suas ações políticas. Franco, em seu livro *O Mito de Marquês de Pombal*, diz:

⁷ O conceito de identidade vem levantando muitas questões em diversos campos das ciências humanas. Sua origem remete à Filosofia e à Psicologia, mas hoje a Antropologia tem sido uma das ciências mais prolíficas em seu estudo. Além disso, a área interdisciplinar conhecida como Estudos Culturais – um dos principais frutos da pós-modernidade nas ciências humanas e sociais – também tem questionado a construção de identidades sob os prismas mais diversos: sociológicos, linguísticos e por meio da teoria da comunicação. (SILVA, 2009, p.202)

O filopombalismo e o Antipombalismo transformaram-se, com efeito, em das correntes culturais associadas a posições políticas e ideológicas bem marcadas ao longo dos últimos dois séculos. Estas correntes radicalmente antagónicas no modo de avaliar a acção política de Carvalho e Melo geraram em torno desse mito bipolar: um mito pessoal de face luminosa que contrata com uma face de matiz bem negro (FRANCO, 2003, p. 21).

Exercendo seu poder de forma implacável, Pombal utilizou diversas literaturas para construir uma narrativa favorável às suas ações. Portanto, a produção literária portuguesa, no período pombalino, estava repleta de louvores aos atos de Carvalho e Melo. Caso houvesse algum tipo de manifestação contrária e críticas à forma como eram conduzidos os trabalhos do primeiro-ministro, rapidamente os opositores eram silenciados. Borges de Macedo comenta que “os governantes e as classes pensantes do país dividiam-se em dois grupos bem distintos: os quemqueme os antipombalistas” (MACEDO, s.d., 113-114.). Cada um dos lados tinham um representante. No lado pombalista, o ministro Sousa Coutinho⁸ apresentava uma defesa jusnaturalista⁹ com o intuito de promover o despotismo iluminado português. Pombal utilizava de todos os meios possíveis para manter a sua tirania a salvo. Por conta das tragédias que acontecem no reinado joselino, tais como o terremoto de Lisboa e supostos atentados dos nobres contra a vida do Rei, o primeiro-ministro tomou medidas contra qualquer tipo fragmentação do poder real. Tegal diz:

É correcto, portanto, por exemplo, até que ponto as suas medidas contribuíram para a estruturação de uma burguesia intelectual, funcionária e económica capaz de ir a pouco e pouco tomando consciência da sua importância no xadrez político; até que ponto as suas posições foram fundamentais para que surgisse uma nobreza de novo extracto e um clero regalista capazes de pensarem as instituições políticas fora da espera de um absolutismo tradicional e de uma Igreja politicamente determinada por Roma; ou até que ponto as novas orientações do ensino terão contribuído para abrir as mentalidades às novas realidades político-culturais. (TORRAL, 1982, p.9)

⁸ D. Rodrigo de Sousa Coutinho nasceu a 3 de agosto de 1755 e era filho de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho (1726/1781), que exerceu altas funções no Reinado de Dom. José I. D. Rodrigo de Sousa Coutinho sempre teve o seu nome associado ao do Marquês de Pombal. Sendo seu afilhado de batismo, foi educado sob a sua direta orientação. Afirma-se que se destinava a exercer papel assemelhado ao seu quando ascendesse ao trono o filho mais velho de Dom José, destinado a substituí-lo.

⁹ Segundo Hobbes o direito natural que os escritores chamam de “jus naturale” é a liberdade de toda pessoa tem de usar o seu próprio poder a seu arbítrio para a conservação da sua natureza, isto é, da sua vida, e, conseqüentemente, de fazer qualquer coisa que, segundo o seu próprio juízo e a sua razão, considere como o meio mais idóneo para este fim.

Existe uma concordância coletiva que o século XVIII é momento histórico onde os países da Europa estão passando por várias mudanças, conhecido como o Século das luzes, em razão das ideias iluministas promovidas na Europa pelos filósofos. O iluminismo foi um movimento cultural da elite intelectual europeia que procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval. A transição do homem medieval para o homem moderno e progressista promoveu o intercâmbio intelectual e criticou a intolerância da Igreja e do Estado. Assim como a Espanha, Portugal levou mais tempo para assimilar essa reviravolta, especialmente por serem países que tinham muita influência da Igreja. Em 1750, com a morte de Dom João V, o seu filho Dom José I indicou para o cargo de Primeiro-Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, que posteriormente viria a receber o título de Marquês de Pombal, ele foi o responsável pelo Reformismo Ilustrado que foi o conjunto de reformas realizadas em Portugal que alteraram, principalmente, os caminhos educacionais de Portugal e do Brasil como sua colônia. Seus atos governamentais instigam investigações aprofundadas mesmo de depois de tantos anos. O Pombalismo assegurava uma presença e uma capacidade potencial de intervenção muito amplas, em todos os níveis da sociedade. Ele desperta com o seu surgimento outro sentimento: aversão.

3 ANTIPOMBALISMO

Por questões de manutenção da clareza textual, optamos por nos mantermos apenas no momento histórico no qual Pombal ocupou o cargo de Primeiro de Ministro de Portugal e a repercussão do seu mandato. *A priori*, elucidamos alguns momentos textuais que nos propomos a desenvolver. O Antipombalismo está, segundo Franco (2003, 2012), profundamente ligado ao termo Antijesuitismo. Portanto, o mito pombalino foi criado a partir da negação cultural do jesuitismo. Para Eliade (1968), o mito é um conjunto de histórias que encerram ideais, de cariz religioso e social, refletindo as atividades de figuras divinas, humanas ou animais, englobadas numa contextualização recheada de fenómenos surpreendentes e fantasmagóricos. No caso pombalino, a figura de Sebastião José desperta opiniões que se divergem e alimentam o ideário mitológico, muitas o colocando como um governante nacionalista e disposto a fazer de tudo pelo bem do coletivo, outras vezes, ele é visto alguém que defendia apenas sua visão do que era ideal para Portugal, não se preocupando em manter descrições, inclusive abatendo aqueles que atravessassem o seu caminho. Sendo assim, o Antijesuitismo funcionou como base para boa parte das ações de Carvalho e Melo no seu governo. O processo Antijesuítico que aconteceu em Portugal e suas colônias no século XVIII, promovido pelo Marquês de Pombal, foi um divisor de águas para educação como, até então, era ensinada. Dessa forma, vemos que a “demonização” em caráter histórico é um tema atemporal para ser discutido por diversos meios. Indo mais além, o historiador Stefan Gatzhammer nos ajuda a compreender que a origem do antijesuitismo se encontra em um período bastante anterior à Pombal e ao movimento das Luzes, remontando aos anos iniciais da Companhia de Ignácio de Loyola.

Apesar de ter sido mais intenso em Portugal do que em outras partes da Europa, o ódio aos jesuítas “não conhece fronteiras. [...] O termo “antijesuitismo” e o seu derivado “antijesuítico” são, no nosso sentido, em geral, expressões que definem uma consciente e hostil atitudobásica contra a Companhia de Jesus. O antijesuitismo é tão antigo quanto a própria Companhia de Jesus.” (GATZHAMMER, 1993, p.160-161)

O estudo do prefixo *Anti* é essencial para entendermos o processo de negação de uma cultura e como este pode evoluir com o passar do tempo ou regredir de acordo com o momento histórico em que se vive. Ao tratarmos da figura do Marquês de Pombal, provavelmente encontraremos mais desafetos que afetos. Por ter sido um político duro e implacável com seus

inimigos, Sebastião José trouxe para si o rancor de muitos, não apenas durante a época em que esteve primeiro-ministro, mas também antes, ao desafiar a nobreza portuguesa com suas ideias, e depois, ao instituir no ensino educacional português regras e normas que nem a todos agradaram. Ao assumir o protagonismo durante o governo de Dom José I, ele carrega toda carga das ações que foram executadas, por isso, Carvalho e Melo entra na história como uma figura controversa que deixou marcas na memória individual e coletiva, abrindo espaço para imaginário popular. Franco diz:

O filopombalismo e o Antipombalismo transformaram-se, com efeito, em duas correntes culturais associadas a posições políticas e ideológicas bem marcadas ao longo dos últimos dois séculos. Estas correntes radicalmente antagônicas no modo de avaliar a acção política de Carvalho e Melo geraram em torno deste ministro um mito bipolar: um mito pessoal de face luminosa que contrasta com uma outra face de matiz bem negro (FRANCO e RITA, 2004, p.21)

Como primeiro livro a ser mencionado para elaboração deste texto, temos *Dança dos Demónios: Intolerância em Portugal (2009)*, organizada por António Marujo e José Eduardo Franco. Esta consiste em um conjunto de verbetes que tem como finalidade de trazer à tona a demonização das culturas mais significativas na história de Portugal. Entre eles, há o verbete Antijesuitismo, assinado pelo organizador da obra, José Eduardo Franco, que versa, de forma cronológica, sobre o papel da Companhia de Jesus no processo de evangelização e colonização dos povos nativos brasileiros até o momento da expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses, tendo um recorte cronológico de aproximadamente dois séculos. A partir desse livro, Franco reúne, quase dez anos depois, um manual, composto por dois volumes, que nomeou de *Dicionário dos Antis: a cultura portuguesa em negativo*, com muitos mais verbetes do que na primeira versão de 2009, trazendo de forma completa os estudos dos Antis em diversas áreas do conhecimento. É previsto o lançamento de uma versão brasileira desse dicionário composto por verbetes escritos por portugueses e brasileiros, organizado pelo NEC sob a liderança do professor Luiz Eduardo.

A configuração ideológica das correntes *anti* assenta na escolha de um objecto de execração de uma personalidade político-religiosa, de um gênero sexual de uma classe social (delimitada pelo seu perfil étnico-religioso), de um movimento político, ideológico, cultural... O alvo de suspeita, catalogado pelo estatuto de diferença em relação ao que se convencionou como norma social, passa a ser identificados como o inimigo, o diferente, o Outro. Transforma-se no alvo de desconfiança, de tal modo que importa combater, perseguir e erradicar. (FRANCO e MARUJO, 2009, p.21)

O fato de participar da Maçonaria lhe propiciava conexões importantes para que ele se mantivesse no poder, aliado ao fato que a organização também o ensinou como preservar sua imagem através de romance encomendados e textos como *O Marquez de Pombal. Lance d'Olhos sobre a Sua Sciencia, Política e Administração; Ideias Liberais, Que o Dominavam; Plano e Primeiras Tentativas Democraticas* de Emídio Garcia, os quais retratavam o Primeiro-ministro como um herói do povo português, dotado de marcante inteligência e força para dirigir o país, essa imagem também foi reproduzida em estátuas e pinturas. Suas ações foram supervalorizadas pelos seus contadores de história, isto fez com que sua figura fosse cada vez mais idolatrada e odiada em todo reino.

A maçonaria tem um papel determinante neste processo de valorização, nomeadamente através da criação de uma imagem luminosa do marquês de Pombal, como herói restaurador do velho prestígio de Portugal na cena internacional e como responsável pela abertura das portas do país à entrada do progresso e da liberdade. Daí as imagens estereotipadas e desenraizadas da base histórica de um Pombal como precursor da Revolução francesa, dos direitos humanos, dos valores liberais, da liberdade de opinião e de consciência e, numa idealização mais extrema, da própria democracia (FRANCO, 2019, p. 1477)

Marquês de Pombal reestruturou Portugal, reformando o exército, marinha e políticas internas com punho de ferro e em 1760 a Maçonaria já não era mais perseguida por nenhuma autoridade portuguesa, o historiador português Borges Grainha atesta que durante o período pombalino não foi feito nenhum tipo de coerção contra a maçonaria. Concomitantemente, os ataques orquestrados contra a Igreja continuavam gerando inúmeras represarias para os jesuítas em especial. Esta já não mais possuía papel na educação do povo português, escolas seculares foram abertas no lugar e de 1750 até 1777 as políticas nacionais eram tomadas pela Maçonaria, até Maria I, mãe de D. João VI e desafeto de Pombal assumir o trono e Pombal ser afastado de suas funções. A Maçonaria é contida pelas políticas de D. Maria e as lojas param de organizar encontros públicos e cessam suas atividades a vista de todos, contidos apenas a encontros secretos, mais uma vez a maçonaria portuguesa parecia ter sido derrotada. A censura de D. Maria I contra as raízes da maçonaria plantadas por Coustos e incentivadas pelo marques de Pombal sobreviveram nas sombras, o exército e a marinha já estavam corrompidos pelas reformas do marques e Portugal por viver sob fortes influências britânicas jamais poderia se livrar por completo desse mal. Pombal pode ter sido afastado de seu cargo, mas seus filhos

foram encarregados de levar sua tocha adiante como o duque de Saldanha, que irá se tornar uma figura importante na história da maçonaria em Portugal e que será relatada no futuro.

Cem anos depois da morte do Marquês de Pombal, em 1882, os republicanos maçons fizeram do Marquês o seu herói e inspirador para derrubar a Monarquia Portuguesa. Pensaram num monumento para perpetuar a memória desse maçom, mas não conseguiram concluí-lo por esses anos. Quem conseguiu inaugurar esse monumento ao Marquês de Pombal ? Nada mais nada menos que o suspeito do costume, Salazar, em 1934. Salazar que terá entrado para a maçonaria GOL em 1914 com o nome de Pombal e que inviabilizou a Monarquia em 1951 (conf. a obra *Salazar Maçom*, de Costa Pimenta, Bertrand, 2009 e a importante entrevista que este autor deu a este propósito e já referida num link neste site *Monárquicos de Castelo Branco*). Infelizmente, tudo confere neste país. (MARTINS, 2012, p.3)

No longo século XVIII português, que para Maxwell (1997, p. 177) terminou somente em 1807, a governação pombalina foi um divisor de águas, uma vez que, mesmo não alcançando todos os seus objetivos imediatos, alterou irreversivelmente a estrutura jurídica e social do reino português. A preocupação do ministro com a colônia brasileira, que já ultrapassava o reino em população e riqueza, sempre foi uma constante, mesmo porque, durante a União Ibérica, foram os “brasileiros” que tinham defendido o rico domínio português da investida dos holandeses. Desse modo, se, por um lado, o modo radical com que reprimiu as revoltas e motins coloniais em Pernambuco e em Minas Gerais plantou as sementes de um sentimento nativista e autonomista que iria consolidar-se no século seguinte com a independência do Brasil, por outro lado sua habilidade política ajudou-o a cooptar os principais homens de letras do Arcadismo brasileiro, como Basílio da Gama (1741-1795), que compôs uma epopeia, *O Uruguay* (1769), em sua homenagem. Sua fama internacional alcançada em vida e sua importância histórica, sacramentada em Portugal em 1934, quando foi erguido uma monumental estátua em sua homenagem no centro de Lisboa, até hoje é objeto de polêmica e controvérsias, nas universidades e nas mesas dos bares, onde disputam primazia, no decorrer da história, duas correntes, uma antipombalina, pela crueldade de suas punições, que não pouparam nem os nobres nem o clero, e outra filopombalina, por suas medidas econômicas e educacionais inovadoras, fazendo com que se configurasse, na cultura portuguesa, a mitologia do Marquês de Pombal.

Afirmamos que as primeiras manifestações antipombalinas em Portugal ocorreram durante o seu governo, no entanto, Sebastião José já era uma figura conhecida pela nobreza portuguesa em razão do seu baixo status. Além disso, o primeiro casamento de Pombal foi com uma nobre, “durante esse período (1723) ele fugiu para casa com uma viúva, sobrinha do conde

de Arcos, Dona Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, acerto que o ligou à alta nobreza (MAXWELL, 1996, p.2). Pombal apoiava e facilitava a mobilidade social ao conceder direitos de nobreza a comerciantes e procurou elevar impostos sem diferenciar as classes sociais, aqueles que não eram nobres gozavam de privilégios, esta era a base aliada pombalina. O sentido de repulsão era recíproco “para a velha aristocracia, Pombal era um novo-rico. [...] Sua atividade na academia de história foi interpretada como uma tentativa ardilosa de obter informações sobre as antigas famílias de Portugal” (MAXWELL, 1996, p.77-78).

Alguns atores insistem em trazer à tona as origens familiares do Marquês, visto que há relatos que seu pai manipulou a árvore genealógica, assim como alterar de outras famílias. Esse assunto é tratado de forma rasa pelos historiadores devido a ausência de documentos necessário, no entanto, há um livro chamado *Theatro genealogico*, : que contem as arvores de costados das principaes familias do reyno de Portugal, & suas conquistas. Tomo I. que pode ser estudado afundo. Nos anos trinta do século XX levantou-se novamente uma discussão em torno do *Theatro Genealógico*, depois de dois escritores G. L. Santos Ferreira e Saul Santos Ferreira, pela análise do frontispício do *Theatro Genealógico*, “concluírem tratar-se de um texto cabalístico de sinais hebraicos, cuja complexa decifração empreenderam e por conjugação com o exame do frontispício da *Pericope Genealógica* de Frei Jerónimo de Sousa, também publicada sob o pseudônimo de D. Tivisco sem data de edição, concluindo que Cristóvão Colombo seria afinal Salvador Gonçalves Zarco, filho bastardo do Infante D. Fernando, Duque de Viseu e de Beja, sobrinho e herdeiro do Infante D. Henrique”. Seria, então, este o verdadeiro motivo da reiterada ordem de apreensão e destruição desta obra.

Com efeito, a imagem do Marquês de Pombal que chegou até o século XXI, se, por um lado, exalta suas reformas econômicas, culturais e sociais, com uma legislação que reformou a instrução pública e inaugurou uma nova era de tolerância e integração, como a abolição dos preconceitos antissemitas contra os “cristãos novos”, a proibição da escravatura na metrópole, a liberdade dos índios no Brasil e o fomento dos casamentos mistos nos territórios ultramarinos, inclusive na Índia, bem como o arquivamento dos processos de acusação contra as emergentes lojas maçônicas, por outro lado sua prática aparece associada à expulsão, à tortura e ao domínio, com recurso à força militar, de grupos da população que se manifestaram contra suas reformas. Basta mencionar, para ativar nossa memória histórica, a expulsão e prisão dos jesuítas, a condenação de centenas de pessoas pela Inquisição liderada pelo seu irmão, Paulo de Carvalho (1702-1770), a tortura e assassinato de membros dos Távoras, a repressão à aldeia de pescadores da Trafaria e o esmagamento da revolta dos comerciantes do vinho do Porto.

O modelo social português mudou completamente com as medidas pombalinas. A “antiga nobreza” passou a ser perseguida e precisou se adaptar às ideias do Marquês. Os aliados do primeiro-ministro tinham concepções de progresso para seu país, e nela estavam inclusas melhoras econômicas e sociais. Os Távora¹⁰ eram exemplos de nobres que vivem explorando a monarquia. Para Pombal, eles deveriam ser destacados, aliado ao fato de que Sebastião José foi por diversas vezes excluído da alta sociedade portuguesa. Nas palavras de José Norton, “os grandes não pretendiam delegar a Sebastião José a educação dos filhos”. A falta de confiança em alguém que não tinha nobreza impedia o desenvolvimento português e alimentava o ódio mútuo. Para Maxwell a nobreza dita “puritana” perdeu seu prestígio social e político, uma vez que os comerciantes portugueses passaram a gozar de privilégios na corte que outrora fora dos nobres.

A nobreza tinha um poder que se igualava ao do próprio rei, para Pombal apenas isso já ameaçava o rei Dom José I, o Primeiro Ministro aproveitou uma oportunidade que surgiu e praticamente eliminou uma família inteira: Os Távora.

Todos na corte sabiam que o rei, de 44 anos, era amante de Teresa de Távora e Lorena, 35 anos, mulher do 4.º marquês de Távora, Luís Bernardo, da mesma idade – de quem também era tia. Os casamentos entre familiares próximos eram comuns na nobreza, bastando para isso obter uma dispensa do papa. Teresa era conhecida como a “marquesa nova” para se distinguir da sogra, D. Leonor, 58 anos, a “marquesa velha”. O patriarca dos Távoras era o 3º marquês, D. Francisco de Assis, 55 anos, ex-vice-rei da Índia. A Marquesa Leonor de Távora e o seu marido Francisco de Assis, conde de Alvor (e antigo vice-rei da Índia), eram as cabeças de uma das famílias mais poderosas do reino, ligadas às casas de Aveiro, Cadaval, São Vicente e de Alorna. Eram também inimigos cerrados de Sebastião de Melo. Leonor de Távora era uma mulher política, preocupada com os negócios do Reino, entregue a seu ver a um novo-rico sem educação. Ela era também uma devota católica, com forte afiliação aos jesuítas, tendo como confessor um deles, Gabriel Malagrida. A investigação do atentado manteve-se secreta até que, numa madrugada de dezembro, houve dezenas de prisões. O interrogatório dos réus, submetidos a tortura – como era costume na época –, esteve na base da sentença, dada a 12 de janeiro de 1759. Os acusados foram condenados por “crime de lesa-majestade, alta traição, rebelião e parricídio”: o rei é o pai da nação. No dia seguinte, foram executados onde hoje está um

¹⁰ Família nobre portuguesa que entrou em atrito com Marquês de Pombal e por conta disso foi quase inteiramente exterminada por Sebastião José e julgada pela Inquisidor Paulo de Carvalho.

Pelourinho, a dois passos da casa dos pastéis de Belém. O massacre, encenado ao pormenor por Pombal, prolongou-se por todo o dia. A sentença foi impressa em folhetos, ilustrados com os tormentos, para que todos vissem – e ficassem gelados de horror.

Subiu primeiro ao cadafalso a marquesa D. Leonor. Mostraram-lhe os instrumentos do suplicio e escreveram-lhe pormenorizadamente o martírio que em breve iriam sofrer o marido, os filhos e o genro. Depois foi decapitada. Um por um seguiram-se o Távora mais jovem, José Maria, de 22 anos; o marquês novo, Luís Bernardo; o conde de Atouguia, Jerónimo de Ataíde, cunhado dos anteriores; e os plebeus Manuel Álvares, João Miguel e Brás Romeiro. Os três carrascos partiram-lhes os braços e as pernas, torturaram-nos na roda e estrangularam-nos. O marquês velho mal conseguiu arrastar-se até ao patíbulo, tal o efeito das torturas a que fora sujeito. Também ele teve os braços e as pernas partidos à mocada antes de ser passado pela roda e estrangulado. O mesmo destino foi reservado ao duque de Aveiro. O último supliciado foi o criado António Álvares Ferreira, queimado vivo por ter sido ele a disparar os tiros que atingiram o rei. O único condenado que conseguiu fugir, José Policarpo de Azevedo, foi queimado em estátua. Os corpos de todos foram queimados e as cinzas lançadas ao Tejo. No local das execuções foi espalhado sal, para que nada ali voltasse a crescer. O nome Távora foi banido.

Mais tarde, quando reinava a primeira rainha titular portuguesa, D. Maria I, foi constituído um Tribunal, formado por 18 membros, para reapreciar todo o processo que ditou a condenação dos Távora, o qual, uma vez concluído, acabou por negar a sentença condenatória, na parte que dizia respeito, precisamente, aos marqueses de Távora, por não se provar que fossem cúmplices no atentado, sendo, por isso, declarados «sem nota de infâmia alguma». O mesmo coletivo decidia que fossem restituídas as famílias às suas honras, reconhecendo-lhes o direito ao uso dos seus títulos. Mas os que já tinham sido humilhados e assassinados, não podiam ser recompensados! – Ora aí está, um forte argumento, qual lição do passado, em desaprovação da pena de morte. Uma vez executada, ainda que sobre inocentes, como no presente caso parece ter acontecido, nada há a fazer em desagravamento da injustiça cometida.

No período pombalino ocorreram mudanças na legislação matrimonial que incidiram sobre práticas habituais da nobreza. A lei de 17 de agosto de 1761 codificou a regulação dos casamentos segundo a concepção pombalina, coibindo os contratos onerosos para as famílias nobres, remodelando a organização das cerimônias e das recepções, a dimensão dos enxovais, o valor dos dotes, o tempo dos festejos e a quantidade de padrinhos, entre outras medidas que,

no entender de Pombal, arruinavam as Casas e constituíam prática abolida em outras Cortes europeias.

Com efeito, a imagem do Marquês de Pombal que chegou até nós, se, por um lado, exalta suas reformas econômicas, culturais e sociais, com uma legislação que reformou a instrução pública e inaugurou uma nova era de tolerância e integração, como a abolição dos preconceitos antissemitas contra os cristãos novos¹¹, proibição da escravatura na metrópole, a liberdade dos índios no Brasil e o fomento dos casamentos mistos nos territórios ultramarinos, inclusive na Índia, bem como o arquivamento dos processos de acusação contra as emergentes lojas maçônicas; por outro, sua prática aparece associada à expulsão, à tortura e ao domínio, com recurso à força militar, de grupos da população que se manifestaram contra suas reformas. Basta mencionar, para ativar nossa memória histórica, a expulsão e prisão dos jesuítas, a condenação de centenas de pessoas pela Inquisição liderada pelo seu irmão, Paulo de Carvalho (1702- 1770)¹², a repressão à aldeia de pescadores da Trafaria e o esmagamento da revolta dos comerciantes do vinho do Porto. Alguns desses temas nós retornaremos nas seções seguintes.

Porém, foi durante o reinado de D. Maria I (1734-1816) que o discurso antipombalino, passando a ser sustentado pelo Estado, produziu uma notável quantidade de versos, peças de teatro e poemas épicos contra o déspota Marquês, que, acamado e debilitado pela doença em sua velhice, insistia em defender eloquentemente seus atos administrativos em escritos que se tornaram um dos pontos altos da obra pombalina. As críticas a Pombal foram frequentes logo após a sua saída do ministério, em 1777. Em alguns casos, utilizou-se a estrutura representativa da sociedade de Antigo Regime para direcionar com mais exatidão os desmandos pombalinos. Elaboraram-se, também, peças literárias com o intuito de denunciar os males da monarquia portuguesa creditados a Pombal, como o soneto a seguir, que desfere um ataque ao ministro justamente pela postura adotada em relação à fidalguia:

¹¹ O uso da nomenclatura “cristão-novo” e “cristão-velho” foi criada para segregar aqueles que nasciam católico e aqueles que se tornavam católicos ao longo da sua vida. A expressão foi difundida após a conversão forçada de judeus feita em 1497 pelo rei de Portugal, anos antes da instauração do Tribunal da Inquisição. Segundo Serrão, “Pombal sentiu o quanto era aberrante a distinção entre os cristãos-velhos e cristãos-novos”. Então, ao assumir o cargo de primeiro-ministro, ele extingue essa lei tornando inválidos todos os decretos e leis anteriores que discriminavam os conversos.

¹² Paulo de Carvalho era o quarto filho de Manuel de Carvalho e Ataíde com Teresa Luísa de Mendonça e Melo. Assim, era irmão do Marquês de Pombal e de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, este desempenhou as funções de monsenhor da Sé Patriarcal de Lisboa, também foi secretário e supervisor da casa e da propriedade da rainha Mariana Vitória de Bourbon, esposa do rei Dom José I. Presidente do Conselho da Santa Inquisição. Sua promoção ao cardinalato foi solicitada pelo rei Dom. José I de Portugal.

Dize cruel Marquês que Lucro tiras;
Do ódio, que tiveste à Fidalguia;
Não emeste, que pudesse vir um dia;
Que mostrasse teus embustes, e mentiras;

Se então tu infeliz bem refletiras;
No dano que por ti se lhe seguia;
Vivera a Corte em paz, e alegria;
E o que hoje em tu vês, talvez não viras;

Desprezaste cruel, e intentastes,
Usando mil cavalas, mil intrigas,
Apartado do Trono, que enganastes:

O Lucro que tiveste não o digas,
Que essas vis gentes que exaltastes
Contra ti se conspiram inimigas.

Borges de Macedo identifica três exímias correntes interpretativas divergentes no tocante à avaliação do desempenho político de Pombal: “Uma primeira corrente tem considerado a ação de Pombal como catastrófica para o País [...]. Outra toma-o como o precursor do laicismo anticlerical; [...] Uma terceira corrente [...] entendia que Carvalho e Melo deve ser ‘julgado’ quanto aos meios de governo que praticou e ao conteúdo da sua atividade, no que se refere à ligação desta com a Moral” (MACEDO, 1983, p.15).

Importa assinalar ainda que a atuação de Pombal e as mensagens expressas na sua propaganda e nas obras de fundamentação legislativa e historiográfica que acompanham, para efeitos de legitimação, o seu processo político, instituem aquilo que Jorge Borges de Macedo classifica como história partidária, dividindo o passado entre sombras e luz, entre retrocesso e progresso. Por sua vez, as correntes hermenêuticas a propósito das reformas políticas pombalinas acentuam a partidarização das visões do passado, criando, de forma irreconciliável, um mito janiforme, um lado negro e um lado luminoso deste ministro real que adquiriu um poder digno de um *alter rex*. (FRANCO, 2019, p. 176)

A Companhia de Jesus era o principal alvo do governo joselino pelo seu monopólio na educação da corte portuguesa. Por muitos anos, os jesuítas gozaram de privilégios para formação do povo português e, posteriormente, também na formação daqueles povos que foram colonizados por Portugal. Tanto assim que a procura pelo seu ensino constantemente crescia. Os estudantes buscavam, além de aproveitamento nas letras, um aprimoramento dos costumes. Para Carvalho (1978, p. 154), não há motivos para censurar os jesuítas por terem alcançado

uma posição que lhes garantiu incontestável predomínio na vida política portuguesa. É certo que o governo julgava que só iria prosperar se “eliminasse” o ensino jesuítico e tomasse o poder de conduzir o ensino a sua maneira, principalmente na valorização do nacionalismo, algo que os jesuítas não se preocupavam em valorizar.

ANÁLISE DAS OBRAS

Existem diversos trabalhos que cercam a temática que envolve o contraditório Sebastião José de Carvalho e Melo, exemplificando, assim, o que seria Antipombalismo e Pombalismo. No entanto, não há um estudo específico relacionado aos aspectos que são mencionados ao falarmos de cultura em negativo ou da idolatria de uma figura histórica em texto acadêmico. Acrescente-se, ainda, o fato de que será feito um estudo voltado para historiografia brasileira, especificamente para as correntes de pensamento. Por esse motivo, nesta seção, buscaremos apresentar sumariamente somente aqueles trabalhos com os quais tivemos contato antes e durante a escrita desta dissertação.

No caso brasileiro, o modo como o Antipombalismo se manifestou de forma mais evidente foi na historiografia educacional, que se concentra, em sua maior parte, no século XX. Assim, ao denegar as iniciativas dos séculos anteriores relacionadas à instrução pública, alinha-se a um discurso inaugurado por Fernando de Azevedo (1894-1974), em sua *Cultura Brasileira* (1943), que, ao destacar os aspectos civilizadores do jesuitismo, desqualifica o papel inovador das reformas pombalinas. Tal discurso, tornado matriz, reproduziu-se como veredicto em muitas publicações da área. Chagas (1967, p. 104), por exemplo, afirma que, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, em 1759, “o traço fundamental da instrução secundária, [...], manteve as linhas básicas do século XVI”, como se aquele tipo de instrução fosse possível no Renascimento.

Ao nos aprofundarmos nos estudos na historiografia brasileira, é impossível não mencionarmos Fernando de Azevedo¹³, famoso intelectual brasileiro nascido no final do século XIX. Azevedo escreveu um livro chamado *A cultura Brasileira* (1942), reconhecido por prestigiosos historiadores, a exemplo de Bomtempo Jr., como um manual para melhor entendimento da Educação partindo do período colonial até a República. Segundo suas próprias palavras, (...) uma empresa tentadora, (...) essa de traçar, ainda que em esboço, um retrato de corpo inteiro do Brasil, uma síntese ou um quadro de conjunto de nossa cultura e civilização." (AZEVEDO, 1964, p. 21). A sua obra era um instrumento potencialmente revelador da relação entre intelectual e o poder instituído durante as décadas de 30 e 40 do século XX. Oliveira fala

¹³ Nascido em abril de 1894, era mineiro, natural de São Gonçalo do Sapucaí, tendo passado os primeiros anos da infância na cidade de Cambuquira. Apesar de ter se formado em Direito, Azevedo dedicou sua vida a educação brasileira.

sobre o discurso da “matriz azevediana” e como ela destacava o Antipombalismo na época brasileira.

Ao denegar as iniciativas do século XIX no ensino das Línguas Vivas, tal perspectiva alinha-se ao discurso da “matriz azevediana”, que, destacando os aspectos civilizadores do jesuitismo, desqualifica o papel inovador das reformas pombalinas, bem como do período joanino (CARVALHO, 1998). Chagas (1967:104), por exemplo, afirma que, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, 1759, “o traço fundamental da instrução secundária, (...), manteve as linhas básicas do século XVI, como se aquele tipo de instrução fosse possível no Renascimento. Segundo o mesmo autor, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, apesar de importar na instituição do ensino profissional, militar, superior e artístico, nada fez a respeito da “escola secundária propriamente dita”. Somente em 1837, argumenta, o Ensino Secundário, no Brasil, teria alcançado a “segunda etapa”. (OLIVEIRA, 2006, p.25)

Como notou Bontempi Jr. (1995), a força da obra de Fernando de Azevedo, no campo do pensamento educacional brasileiro, projeta sua sombra até mesmo no universo disponível de escolha de períodos. Portanto, é provável que seja por conta disso que há tão poucos trabalhos – pelo menos os produzidos nos Programas de Pós-Graduação entre 1972 e 1988 – relativos às épocas que não são privilegiadas em *A cultura brasileira (1942)*, como a pombalina. Segundo Laerte Ramos de Carvalho (p.106, 1952), em sua obra pioneira, no país, sobre *As reformas pombalinas da instrução pública*, “é muito difícil precisar até que ponto e em que escala se fez sentir a reforma de 1759 no Brasil”. Banha de Andrade, em *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil (1978)*, tenta minorar tal dificuldade, fazendo um mapeamento das correspondências entre o Diretor Geral dos Estudos D. Tomás de Almeida e seus Comissários distribuídos pelas várias Capitânicas da então Colônia, Brasil.

De qualquer forma, conforme a interpretação que tem prevalecido na historiografia da educação brasileira, as inovações advindas das reformas pombalinas não afetaram a situação da instrução pública no país. Para Azevedo (1971), as reformas de Pombal só teriam desarranjado a sólida estrutura da educação jesuítica, baseada que era em um sistema mais ou menos unificado, com seriação dos estudos, para dar lugar ao ensino disperso e fragmentário das Aulas Avulsas ministradas por professores leigos e mal preparados.

Em sua opinião, a base da pedagogia dos jesuítas, após a sua expulsão de Portugal e seus domínios, teria permanecido a mesma, uma vez que os padres missionários, além de terem cuidado da manutenção dos Colégios destinados à formação de seus sacerdotes, criaram Seminários para um clero secular, constituído por “tios-padres” e “capelães de engenho”. Estes,

dando continuidade à ação pedagógica dos inacianos, mantiveram sua “metodologia” e Programa de Estudos, que deixavam de fora, segundo o autor, além das Ciências Naturais, as “línguas e literaturas modernas”. No seu entender, mesmo que tenha passado tantos anos, recortava-se ainda “nitidamente”, a tradição pedagógica e cultural deixada pelos jesuítas e continuada pelos padres-mestres, resultante de uma educação exclusivamente literária, baseada nos estudos de gramática, retórica e latim e em cujos planos não figuravam nem as ciências naturais nem as línguas e literaturas modernas (AZEVEDO, 1971, p. 556).

O fato é que, diante da carência de fontes referentes às iniciativas guiadas pelas novas orientações vindas de Portugal, o que não autoriza a historiografia a sentenciar tal período, pois, para bem e para o mal, as reformas de Pombal foram capazes de “dar um novo rumo à educação, tanto na metrópole quanto na colônia, em termos de renovação metodológica, de conteúdos e de organização”, como afirma Hilsdorf (2003, p. 15), invertendo assim a leitura de Fernando de Azevedo, que descreve a época pós-pombalina em termos de decadência e transição. Temos aqui dois contrapontos de uma mesma figura.

O livro está organizado da seguinte forma: na parte I – *Os fatores da Cultura* – são tratados de aspectos históricos, sociais e políticos da cultura. O autor fala sobre a miscigenação, bem como a ideia de construção da identidade nacional brasileira, reconhecendo o valor do que, futuramente, Darcy Ribeiro viria a chamar de “matrizes éticas” (RIBEIRO, 1995, p.30), composta pelo europeu português, pelos africanos e pelos nativos na formação da cultura nacional. Na segunda parte do livro nomeada de *A Cultura*, o autor traz uma ampla visão das diversas modalidades de cultura, entre elas: a artística, a cultural e a científica partindo dos primeiros séculos de colonização do Brasil. E, por fim, a terceira parte – *A Transmissão da Cultura* –, que constitui o núcleo a partir do qual Azevedo constrói a sua versão sobre a história da educação brasileira. Azevedo mantém a mesma estrutura cronológica evolutiva que marca as duas primeiras partes do livro, situando a si e ao movimento de renovação educacional ao qual encontrava-se ligado em uma linha de continuidade com a orientação política adotada durante o Estado Novo.

Os discursos do presidente GETÚLIO VARGAS mostram com lucidez, em vários trechos incisivos e de um alcance que não é preciso encarecer, essas tendências como a sua própria orientação pessoal, dirigida francamente para a educação técnica e profissional do país. A Constituição de 10 de novembro de 1937 consagra, no art. 129, a nova orientação da política educacional (AZEVEDO, 1942, p. 442).

O pensamento azevediano gira em torno de certas convicções de seu autor. Este nomeou o Marques de Pombal como um dos “vilões” da história (AZEVEDO, 1964, p. 539-541) e o Ato Adicional de 1834 – “uma das maiores aberrações na evolução da política imperial” – (AZEVEDO, 1964, p. 566), do qual o princípio federativo adotado na Constituição Republicana de 1891 acaba sendo uma permanência (AZEVEDO, 1964, p. 610-611). Para ele, o modelo jesuítico era o sistema educacional mais completo que a colônia teve por meio da ação agregadora dos jesuítas. Com as medidas pombalinas, ocorreu um caos educacional no Brasil que perdurou do Império à República. É importante destacar que Azevedo teve uma formação jesuítica sólida. Estudou grego, latim, eloquência e poética. Possuía, portanto, conhecimento de causa.

O objetivo do autor era seguir um projeto¹⁴ encomendado pelo então estadista, Getúlio Vargas, de reconstrução da nacionalidade, em pleno Estado Novo. Mesmo sendo em um regime ditatorial, Azevedo apresentou uma política de democratização da educação, através de transformações internas e externas. Existia a convicção de que a escola, enquanto instrumento de transmissão de cultura e união entre o povo brasileiro, e nisso, ele aproveitará para fazer uma crítica aos educadores e políticos do passado por terem êxito na execução desta tarefa, ao mesmo tempo em que vai enaltecer as possibilidades que a Revolução de 1930 trouxe para o campo da educação através da figura de Vargas.

É uma fase nova que se inaugura e em que o princípio da ordem, da unidade e da defesa nacional se impõe novamente, com tóda a sua força como no período da Regência; e a sociedade agora centralizada, pois tódas as sociedades centralizadas são igualitárias, - evolui para o igualitarismo, impelida por grandes reformas sociais e econômicas, enquanto se realiza um dos maiores esforços de unificação e de reconstrução, num espírito e em bases eminentemente nacionais (AZEVEDO, 1942, p. 101).

Para tal projeto, Azevedo utilizou do sociólogo Émile Durkheim. Segundo Bruno Bontempi Jr. (2005) e Maria Rita de Almeida Toledo (1996), o método de análise do qual se valeu para produzir sua interpretação sobre a cultura brasileira, na tentativa de elaborar “a síntese racional que é a essência da sociedade” (TOLEDO, 1996, p. 90), seria através da

¹⁴ No ano de 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública para cuidar especificamente dos assuntos relacionados à educação e à saúde no país; e em 1931 é implantada a Reforma Francisco Campos, este estabeleceu definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, o ensino em dois ciclos: um fundamental, com duração de cinco anos, e outro complementar, com dois anos, e ainda a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Com relação ao ensino de línguas estrangeiras, a reforma introduziu mudanças não somente no conteúdo com maior ênfase às línguas modernas - francês, inglês e alemão, que prevaleceram sobre o Latim - mas principalmente quanto à metodologia com o uso do Método Direto.

educação que nosso espírito encontraria a liberdade. No capítulo, *Psicologia do povo brasileiro*, Azevedo (1942, p. 103) faz referência ao sociólogo para explicar de que forma funciona o temperamento coletivo ou individual. "É coisa eminentemente complexa e não poderia ser traduzida numa simples fórmula. O caráter, nos grupos como entre particulares, é o próprio sistema de todos os elementos mentais; é o que faz a sua unidade" (AZEVEDO *apud* DURKHEIN, p.60, 1978).

Além do pensamento de Azevedo, Bontempi Jr. traz em seus escritos a linha de raciocínio do historiador Laerte Ramos de Carvalho¹⁵. Este é o autor do livro "*As reformas pombalinas da instrução pública*", considerado por muitos como uma obra de referência para o entendimento do governo joselino¹⁶ e as medidas políticas aplicadas pelo seu primeiro-ministro. No processo criativo do seu livro, Carvalho pesquisou nas principais bibliotecas do Brasil e de Portugal, como a Biblioteca Nacional e a Biblioteca da Universidade de Coimbra tendo sido nisto bastante ajudado pelo professor português Joaquim de Carvalho, que o orientou no período em que o historiador esteve em Portugal.

Logo em seu prefácio, Laerte Ramos de Carvalho assevera que, no conjunto das manifestações políticas do século XVIII português, as reformas pombalinas da instrução pública ocupam lugar de excepcional significação. Estas reformas da instrução pública encerram, mais do que um plano pedagógico, uma filosofia política, em função da qual se definem, em seus traços mais característicos, a fisionomia do período histórico de que são expressiva manifestação (CARVALHO, 1978, p. 3). No livro, o autor levanta a hipótese de que, apesar de ser apontado como figura central na história durante o período joselino, Pombal foi apenas um condutor dos notáveis projetos que já haviam começado a serem desenvolvidos por Dom. João V, logo após com Dom. José I e por D. Maria I.

No seguinte trecho, o autor demonstra com exatidão seus pensamentos:

¹⁵ Laerte Ramos de Carvalho (Jaboticabal, 3 de setembro de 1922 — São Paulo, 7 de agosto de 1972) foi um professor brasileiro. Formado em filosofia pela Universidade de São Paulo, de agosto de 1965 a novembro de 1967, assumiu a reitoria da Universidade de Brasília, o historiador assumiu de diversos cargos políticos durante sua vida

¹⁶ Período histórico em que Dom José I foi rei do Reino de Portugal, apesar da História se referir a fase como período pombalino, aquele que de fato foi o monarca lusitano foi Dom José.

Se compreendermos não apenas o valor destas críticas – o que elas encerram de verdadeiro ou de falso – mas a intenção que as animou, resulta claramente que um dos traços inconfundíveis da cultura lusitana do século XVIII é a sua manifestação literária, expressa como um programa de modernismo filosófico contra tradição. Reconhecemos, todavia, que esta renovação pedagógica, inspirada nas ideias e problemas da filosofia moderna, não é uma manifestação exclusiva do período pombalino; ela se inicia no reinado de D. João V e prolonga-se, sem solução de continuidade, e através de vicissitudes diversas, no governo de D. Maria I (CARVALHO, 1978, p.26).

Carvalho trouxe para a historiografia brasileira uma nova perspectiva a respeito da figura pombalina e do seu papel na educação do Reino de Portugal. Dom. José I assume um destaque nas ações, que antes eram atribuídas apenas ao primeiro-ministro, especialmente, aquelas relacionadas às ideias de modernidade dos sistemas por uma visão iluminista portuguesa, “o ‘modernismo’ português, embora em sua última análise seja simples consequência do iluminismo europeu, apresenta, entretanto, raízes nacionais” (CARVALHO, 1978, p.32). Essa característica nacionalista portuguesa permitiu que o rei Dom. João V já tenha começado em seu reinado um plano de unificação do povo português, através de reformas pedagógicas. A dúvida sempre foi como seria mantida a separação da sociedade civil e a união cristã, principalmente logo após o alvará de 1759, que suprimia o ensino jesuíta. Qualquer um que se opusesse à exclusão do ensino jesuítico era visto como traidor do ideal de nação que a corte portuguesa queria instalar, já que “o jesuitismo era visto como a causa primacial dos males e da distância nacionais” (CARVALHO, 1978, p. 32).

Contudo, foi com a publicação de *O perfil do Marquês de Pombal*, de Camilo Castelo Branco (1825-1890), no ano do seu centenário (1882), que o processo de desmitificação do ministro de Dom. José I atingiu seu auge, uma vez que, ao servir de contraponto à glorificação pombalina promovida pela maçonaria portuguesa, que igualmente demonizava os jesuítas, o romancista e historiador oitocentista fixou sua imagem como um déspota sanguinário, tirano e opressor. Assim, enquanto as lojas maçônicas faziam uma intensa propaganda, tornando Pombal um defensor anacrônico do liberalismo, ao mesmo tempo em que provocava uma verdadeira avalanche de textos comemorativos, pinturas, eventos e palestras, Camilo traçava e pintava em cores fortes um perfil sombrio de um ministro cruel, embora buscasse maquiá-lo com informações, detalhes e algum suporte de erudição histórica. Sua obra reverberou em muitas outras, incluindo biografias, obras literárias e mesmo iconográficas, tornando Pombal um mito bipolar, pois se estabelece como objeto de discursos ideologicamente inversos

e igualmente comprometidos por anacronismos e julgamentos de valor. Não é à toa que, mesmo hoje em dia, em mesas de bar, se alguém puxar o assunto do Marquês de Pombal, haverá polêmica e dissensões. No segundo centenário de Pombal, em 1982, embora a bipolaridade persistisse, muitos dos eventos que foram realizados e muitas das obras que foram publicadas, em Portugal e no Brasil, buscaram mostrar isenção em suas avaliações, e de fato muitas obras importantes científica e historicamente relevantes foram publicadas e/ou reeditadas nesse período, conforme pode ser observado em nossa bibliografia.

Camilo Castelo Branco é um exemplo paradigmático da desconstrução da imagem heroica do marquês de Pombal. Com o objetivo claro de desmitificar a fantasmagoria delirante dos Jesuítas e mitificante do ministro Carvalho e Melo, o escritor português opõe-se claramente à avalanche de textos panegíricos em torno da figura do marquês de Pombal, produzidos por liberais, pedreiros-livres, republicanos e socialistas, no âmbito das comemorações do seu primeiro centenário. Em *Perfil do Marquês de Pombal*, Camilo tece uma espécie de lenda negra de Pombal, para desfazer, de forma incoercível, o mito luminoso erguido em torno do político português. Na visão beatífica, visão liberal e maçônica, Pombal é apresentado como paladino das liberdades e precursor das ideologias sociopolíticas mais avançadas do seu tempo. Na visão camiliana, pelo contrário, Pombal é um déspota, um mestre do terror, da tirania e da opressão. (FRANCO, 2019, p.1475)

O historiador britânico Kenneth Maxwell é especialista em História Ibérica e nos estudos das relações entre Brasil e Portugal no século XVIII, autor de diversos livros que se centralizam em eventos históricos que ocorrem no Brasil e em Portugal, a exemplo do livro *A devassa da devassa – a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. No entanto, é em seu livro *Marquês de Pombal – Paradoxo do iluminismo*, que se concentraram como uma das principais fontes de discussão pelo projeto Pombalia no Brasil, visto que o historiador traz nele aspectos específicos da vida pública do Primeiro-ministro de Dom José I. Este livro é pautado em pesquisas documentais para melhorar a compreensão da complexa administração feita em Portugal no período joselino. À partida, a obra se inicia contando brevemente a trajetória biográfica de Sebastião José, partindo da sua origem humilde, perpassando sobre os seus trabalhos diplomáticos e por fim chegando a sua ascensão como homem de confiança do Rei de Portugal. A ideia do Iluminismo permeia constantemente o livro, pelo fato de o século XVIII ser conhecido pela quebra do que é considerado arcaico para aceitação de novas estruturas, e Pombal é o principal regente da reconstrução do Império português. Posteriormente, Maxwell traz à tona as relações entre Colônia-Portugal-Inglaterra, sendo que os ingleses, por dominarem as artes comerciais acabavam obtendo favorecimentos e vantagens nas negociações entre os lusitanos, fato este que levou Pombal a investir de forma rígida na educação comercial dos

portugueses. Por fim, é mencionado umas das principais controvérsias do governo pombalino, a expulsão dos jesuítas do Brasil.

Para Maxwell (1997, p. 177), o século XVIII, por conta de tantas reviravoltas, terminou somente em 1807, sendo que a governação pombalina foi um divisor de águas, uma vez que, mesmo não alcançando todos os seus objetivos imediatos, alterou irreversivelmente a estrutura jurídica e social do reino português. A preocupação do ministro com a colônia brasileira, que já ultrapassava Portugal em população e riqueza, sempre foi uma constante, mesmo porque, durante a União Ibérica, foram os “brasileiros” que tinham defendido o rico domínio português da investida dos holandeses. Desse modo, se, por um lado, o modo radical com que reprimiu as revoltas e motins coloniais em Pernambuco e em Minas Gerais plantou as sementes de um sentimento nativista e autonomista que iria consolidar-se no século seguinte com a independência do Brasil, por outro lado, sua habilidade política ajudou-o a cooptar os principais homens de letras do Arcadismo brasileiro, como Basílio da Gama (1741-1795), que compôs uma epopeia, *O Uruguay* (1769), em sua homenagem. Sua fama internacional alcançada em vida e sua importância histórica, sacramentada em Portugal em 1934, quando foi erguida uma monumental estátua em sua homenagem no centro de Lisboa, que até hoje é objeto de polêmica e controvérsias, nas universidades e nas mesas dos bares, onde disputam a primazia, no decorrer da história, duas correntes: uma antipombalina, pela crueldade de suas punições, que não pouparam nem os nobres nem o clero, e outra filopombalina, por suas medidas econômicas e educacionais inovadoras, fazendo com que se configurasse, na cultura portuguesa, a mitologia do Marquês de Pombal.

A Época Pombalina, Política e Econômica e Monarquia Ilustrada (1993) foi mais uma obra utilizada para embasamento teórico, escrita pelo historiador carioca Francisco José Calazan Falcon (1933), que é especialista em História Moderna, História Contemporânea, História dos Países Ibéricos e História Social da Cultura. Esta obra versa acerca dos acontecimentos políticos e econômicos que estiveram presentes na época em que Portugal foi governado por Sebastião José. No entanto, a obra não focaliza somente Portugal ou o período exato da governação pombalina. Nela também estão presentes retrospectivas do governo espanhol e o contexto histórico que permeia o antes de Pombal, especificamente o período de transição ibérica. Este livro está dividido em duas partes, sendo que a primeira parte tem três capítulos: I – A problemática Europeia; II – O mercantilismo e sua época e a III – A ilustração e sua época. A segunda também tem três capítulos: IV- A problemática Ibérica; V - O ideário do Pombalismo e por fim, VI – A prática do pombalismo.

Ao fim de cada capítulo, o autor traz um apanhado do que foi discutido durante o texto, no seu primeiro capítulo traz elementos as ideias de imanência, secularização, racionalismo e individualismo diretamente ligados ao conceito de transição e autonomização do político e econômico, elemento este que voltará a ser mencionado no segundo capítulo. Conceituar o mercantilismo e constatar a sua importância para o crescimento da Europa, além de problematizar a função do Estado Absolutismo é um dos pontos desse momento do livro.

O autor do livro *Perfil do injustiçado Pombal* de Claudio de Britto Reis nos trouxe uma perspectiva voltada totalmente para o Pombalismo, ressaltando a importância que Sebastião José teve para o crescimento da nação portuguesa e para o Brasil a longo prazo. O autor é advogado de formação e entusiasta da história. Este livro foi publicado em 1992 e houve mais dois outros livros que o antecederam, *O Marquês de Pombal: Súmula, sua Vida e Obra*, em 1982, e *O Marquês de Pombal: e as imagens da verdade*, em 1987. Na dedicatória do seu terceiro livro, Reis diz:

Dedico este 3º livro sobre o Injustiçado Marques de Pombal aos conterrâneos das futuras gerações de pombalenses autênticos, filhos da terra da tribo KIRIRI ou KARIRI, primitivos habitantes dos Sertões da bahia. Espero que haverão de reconhecer o real motivo desta minha admiração pelo “mais notável estadista do século XVIII”, lamentando que o nome ilustre que honrou a nossa terra tenha sido injustamente *abastardado* por Ribeira do Pombal” (REIS, 1992, préfacio).

Durante a narrativa do texto, o autor (1992) faz um contraponto do posicionamento de Camilo Castelo Branco, chamando o livro deste de “ultrapassado” e “escrito com o fel do ódio, protestando a serviço da Viradeira¹⁷”. Por diversas vezes, Reis coloca a culpa para as ações pombalinas em Dom. José I, especialmente em três pontos, onde argumenta que Pombal foi injustamente acusado: “Condenação e suplicio dos Távora (13/01/1759); Expulsão dos jesuítas de Portugal (03/09/1759); Morte do padre Gabriel Malagrida (20/09/1761)” A partir desses pontos, ele constrói o primeiro-Ministro.

Lauro de Oliveira Lima foi um pedagogo brasileiro, conhecido pela sua atuação política na educação, formado em Direito e depois em Filosofia. Lima passou sua vida dedicada aos estudos educacionais brasileiros. Autor do livro *Estórias da educação no Brasil: de Pombal*

¹⁷ Viradeira é uma designação que se dá ao período que se iniciou a 13 de Março de 1777 com legítima aclamação da D. Maria I, alicerçada pela argúcia jurídica do juiz-desembargador José Ricalde Pereira de Castro fundamentando-a nas Cortes de Lamego e a posterior eleição de novos Secretários de Estado e outros mais cargos, em substituição da marquês de Pombal e seus apaziguados.

a passarinho (1974) e tantos outros, Lima destrinchou de forma objetiva o caminho percorrido pela educação brasileira até a lei nº 5.629/71, responsável por fixar diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau. Para construir esse texto, o autor traz uma seção em seu livro chamada “O fim da era colonial: despotismo esclarecido do MEC”. Nele estão elencados os responsáveis em algum momento histórico pela educação, entre eles está Pombal, executor da única “reforma” relevante: a expulsão dos jesuítas. Porém, a destruição do sistema missionário escolar colonial, feita através de um terremoto que levou mais de 180 anos de esforços colônias de recuperação.

O livro organizado por Antônio Paim, *Pombal e a cultura brasileira* (1982), foi produzido sob a influência do segundo centenário de morte de Sebastião José de Carvalho e Melo. Já na apresentação do texto, o autor rebate uma suposição feita sobre a história política e cultural brasileira. Esta fala sobre o momento em que Brasil é considerado um país novo. A tese diz que o Brasil só teria de começar a partir de 1822¹⁸. No entanto, o Paim prefere não ignorar os três séculos anteriores que fizeram arte da construção do povo brasileiro, mesmo que tenha sido criado durante o governo português. No decorrer da narrativa do seu livro, Antônio Paim desenha o cenário histórico-filosófico em que está inserido o período pombalino, especialmente quando se refere aos avanços educacionais feito através das reformas pombalinas no ensino português. O despertar da nação portuguesa para uma nova vida seria feito com uma reforma pedagógica que abarcaria os três graus de ensino: os estudos menores (secundários), o superior e o primário (KLUT, 1982, p. 32). Esse ambicioso projeto veio com a proposta de substituir o modo educacional utilizado pelos jesuítas. À medida que o texto avança vão sendo apresentado autores brasileiros e portugueses responsáveis pela conservação dos ideais pombalinos, e, por fim, no apêndice temos um verbete sobre Pombal, escrito para o Dicionário de História de Portugal, tendo como autor Jorge Borges de Macedo e dirigido por Joel Serrão.

O livro *O Marquês de Pombal - obra comemorativa do centenário de sua morte*, editado pelo Clube de Regatas Guanabareense do Rio de Janeiro, foi publicado somente em 1885, em Lisboa, pela Imprensa Nacional, numa edição luxuosa de 727 páginas. Já em dezembro de 1881, contudo, houve repercussão na imprensa a respeito do projeto. Segundo Papassoni (2018, p. 12), os jornais da época tinham vastas expectativas nos preparativos da cerimônia e reconheciam o esforço que havia na empreitada de se fabricar um volume tão admirável. A

¹⁸ A independência do Brasil foi um processo iniciado a partir da Revolução Liberal do Porto, que levou ao rompimento entre Brasil e Portugal, no dia 7 de setembro de 1822.

primeira informação, até o momento localizada em investigação, anuncia que a elaboração dessa obra foi feita ainda no ano de 1881, no dia 15 de dezembro, e aparece na página 2 do diário *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro.

A tão aguardada obra traz na folha de rosto a reprodução de um famoso retrato de Pombal feito por Antônio Onofre Schiappa Pietra (1802-1878). Além das indicações da publicação, nas páginas seguintes, incluindo a relação dos membros da Comissão Executiva, a lista dos colaboradores e das cinquenta personalidades e instituições que receberiam uma edição especial do livro. O índice, na página final, indica que ela se divide em duas partes. A primeira apresenta um ensaio histórico-biográfico de 515 páginas do marquês de Pombal não assinado, mas escrito, ao que tudo indica, por José Maria Latino Coelho (1825-1891), um importante autor entre os intelectuais brasileiros da época, e a segunda parte reúne diversos artigos, contendo dois trabalhos em idioma estrangeiro – um na língua alemã, assinado pelo historiador alemão George Weber (1808-1888) e outro pelo linguista e orientalista italiano Angelo de Gubernatis (1840-1913). Dos portugueses, colaboraram Oliveira Martins, Emídio Garcia, Júlio Xavier de Mattos (1856-1922) – nascido no Rio de Janeiro, tendo sido criado e feito carreira de psiquiatra em Portugal – e, claro, Teófilo Braga. Entre os brasileiros, participaram do projeto, além de Rui Barbosa, que teve o texto do seu discurso de abertura publicado separadamente, como vimos, Silvio Romero, o jurista Tomás Alves Junior (1830-1895), Henrique Correia Moreira, português naturalizado brasileiro em 1857 e presidente do Banco do Comércio e diretor do jornal *O Cruzeiro*, e, finalmente, Machado

“O Marquez de Pombal” foi um longo ensaio que se dividiu em 12 capítulos, em sua introdução, o autor terce uma crítica a D. João V, com o intuito de não só prejudicar a imagem do monarca anterior, mas também deturpa a imagem de Dom José I e por consequência do seu primeiro-ministro. A revolução do período setecentista está ligada a capacidade da nação em entender além do que o Clero lhe apresentava. Só assim seria possível a revolução, na figura do despotismo acontecer.

Quando estas condições se não realisam n'um estado, resta apenas que o despotifmo, cançado de embrutecer e opprimir, espontaneamente se resolva a opprimir e a illustrar. Resta apenas que o absolutifmo em vez de esterilisar a gleba, que senhorêa, se determine a feitorizal-a com fecundas bemfeitorias e que, julgando melhorar o seu próprio fideicomisso, funde sem o pensar para tempos não remotos o património popular, e cuidando encravar na terra fundamente as raizes da sua duradoura autocracia, lance inconsciente em volta do throno hereditário as sementes da revolução. Triste mas fatal expediente (COELHO, 1885, p. 21).

O segundo capítulo é dedicado aos “primeiros anos de Pombal”: sua ascendência, seus antepassados, seus parentes mais próximos e distantes, aproveitando a cada passo para rebater as críticas e questionamentos de sua biografia, que passaram a ser comuns, inclusive no Brasil, depois do *Perfil* traçado por Camilo Castelo Branco. Como quase nada se sabe acerca de sua infância e adolescência, o autor descreve a sua entrada na Academia de História Portuguesa, seu primeiro casamento, seu exílio voluntário em Soures, até a sua experiência de diplomata em Londres, já aos quarenta anos de idade, na qual destaca sua destreza diplomática. Coelho demonstra um bom conhecimento sobre a cultura e literatura inglesas, e assegura que, apesar de Pombal não dominar a língua inglesa, ele era um leitor aplicado a tudo que, em português ou francês, dizia respeito à Grã-Bretanha:

Se o enviado portuguez na corte de Londres não pôde notavelmente diftinguir-se pela importância e esplendor das suas negociações politicas, teve ao menos occasião para dilatar os seus conhecimentos e applicar-se á leitura de muitas obras, que eram talvez então desconhecidas em Portugal. Não podia ler os livros inglezes, porque não alcançou nunca instruir-se no idioma, em que por aquelles tempos se illustrava Thomson, o poeta das Estações, Young, o celebrado auctor das Noites, Gray, cujo nome anda aí associado á mais pathetica elegia, Fielding, o autor de Tom Jones e Richardson, o novelista melancolico da sentimental e interminável Clarisse Harlow. Apesar de não possuir o conhecimento da lingua ingleza, Sebastião de Carvalho não deixou de se applicar assiduamente a estudar tudo quanto le referia á Gran-Bretanha, e principalmente ás suas leis e instituições (COELHO, 1885, p. 40-41).

Da mesma forma, em sua legação na Áustria é destacado – e, de certa forma, exagerado – o papel de Pombal como negociador entre a corte austríaca e a Santa Sé, ao mesmo tempo em que se valoriza seus dotes físicos e galantes ao comentar seu casamento, já viúvo de sua primeira esposa, Teresa Luísa de Mendonça e Almada (1684-1745?), com a Condessa Leonor Ernestina Daun (1721-1789). No terceiro capítulo, intitulado “Pombal no ministerio”, o autor refuta a opinião de alguns contemporâneos do ministro e de certos biógrafos de que Sebastião Carvalho, quando retornou de Viena, cortejou servilmente os padres jesuítas João Batista Carbone e José Moreira e o franciscano Frei Gaspar da Encarnação, amigo e conselheiro de Dom João V, para entrar no governo, servindo-se do relatório diplomático do enviado francês da época – coletado no *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas* (1842-1860) do Visconde de Santarém (1791-1856), como indica a nota de rodapé – para argumentar que, longe de tê-lo favorecido, sentiram desprazer com sua elevação ao ministério, fazendo de tudo para dificultar

seu caminho. A rainha D. Maria Ana, sendo conterrânea de sua esposa, é que parece, segundo lhe consta ter sido sua maior patrocinadora (COELHO, 1885, p. 51-52).

O caráter irresoluto de Dom José I, que fica à sua sombra, o estado de decadência econômica e de costumes do reino, a ociosidade da aristocracia, a corrupção do clero, tudo contribui, em sua narrativa, para Pombal desempenhar um indiscutível protagonismo de suas medidas, todas necessárias, por mais cruéis que tenham sido. Isso se torna evidente depois do terremoto de 1755, tema do capítulo IV, no qual surge como uma espécie de mal necessário, benéfico para Pombal, que a partir de então vai se tornar “omnipotente”, e “quasi uma benção para o senil e desventurado Portugal”, pois, com a calamidade física, trouxe a sua regeneração (COELHO, 1885, p. 83; 87). No capítulo seguinte, intitulado “Primeiras incursões contra os jesuítas”, seu antijesuitismo se torna ainda mais evidente, pois o autor traça um detalhado histórico da Companhia de Jesus, tentando provar, com a reprodução de documentos manuscritos, que os missionários sempre tiveram aversão a todo tipo de conhecimento secular e que, desde suas origens, eles queriam muito mais do que a conversão e fidelidade das almas cristãs, mas também, e sobretudo, poder político e econômico. O autor ainda dedica mais três capítulos aos discípulos de Inácio de Loyola: “Os jesuitas” (Capítulo VII), “A expulsão dos jesuitas” (Capítulo IX) e “O triumpho” (Capítulo XVI), sobre o processo de extinção definitiva da Companhia de Jesus pelo Papa Clemente XIV (1705-1774). Os demais capítulos tratam da tentativa de assassinato de Dom. José (“A conjuração” – Capítulo VIII); de sua política interna e externa, incentivos à indústria e ao comércio (“Vigor e Dignidade” – Capítulo X); do tema da “Educação e o trabalho nacional”, título do Capítulo XI; da reforma e estruturação da instrução e das carreiras militares (“A guerra contra a Hespanha” – Capítulo XII); dos conflitos com o padre Malagrida (1689-1761) até rompimento com Roma (“O sacerdocio e o imperio – Capítulo XIII); de suas principais “Reforma sociaes e economicas (Capítulo XV); e finalmente do seu “Martyrio e conclusão” (Capítulo XVII).

Maria Lúcia Hilsdorf, professora da Universidade de São Paulo, narra com uma voz forte e precisa suas leituras sobre a história da educação brasileira. Ela o fez em formato de manual didático, por isso, *História da educação brasileira*: leituras dissolve-se no percurso que vai da catequese jesuíta e colonização até a escola brasileira de hoje. A periodização que divide os capítulos é própria e, sobretudo, capaz de identificar a pluralidade de perspectivas presente na historiografia recente de cada período.

A obra de Hilsdorf realiza a articulação dos resultados de diferentes pesquisas, não apenas permitindo o confronto de interpretações divergentes, mas ensaiando interpretações acerca da organização escolar implementada pela ação do poder público, das instituições religiosas ou das diferentes agremiações políticas e da cultura escolar produzida pela escola brasileira nesse período. Na realidade, os circuitos da institucionalização escolar, da estruturação dos sistemas públicos de ensino ou de circulação dos saberes pedagógicos, ainda que eles passem pelo Estado, pela família, pelos docentes, pelas associações políticas, profissionais ou filantrópicas tomam, no interior da análise, apoio nos fatores externos da política, da economia, da sociedade e das mentalidades. Em suma, crítica e problematização são utilizadas para apresentar o complexo político-administrativo que originou a organização escolar brasileira.

No interior dessa compreensão, Hilsdorf interpreta a história da educação brasileira por três protocolos de leitura. A relação escola–sociedade não se define politicamente nas repartições públicas de governo, mas na difícil tarefa de apropriação, no cotidiano das práticas escolares, "das conflituosas forças socioculturais nas quais está inserida" (p. VIII). Sem dúvida, um dos principais cuidados dos responsáveis pela colonização brasileira foi o de fazer-se reconhecer em meio adverso. Foi assim com as missões e os colégios jesuítas, com as reformas pombalinas e com a obra joanina, mas também depois da Independência, com a construção da ordem social feita sob o período imperial e com a oferta antecipatória organizada pelo projeto educacional republicano: esforço reiterado de fazer das realizações no campo escolar uma conquista social. A escola foi antes de tudo encarregada de uma configuração; foi o instrumento para o uso social de uma ordem de representações determinada.

Por todos os seus espaços, a escola brasileira esteve ligada às iniciativas de modificação dos circuitos de circulação de modelos culturais. Ela aparece sempre integrada a uma estratégia de regularização, de normalização, de assistência, de habilitação e de vigilância das crianças. A escola foi reiteradas vezes organizada como um dispositivo de controle do corpo político da sociedade, embora muito mais aparentada com um campo intermitente de disputas. Evasão, políticas de reforma, exclusão, reprovação, processos de proletarização profissional, privatização da educação comparecem na narrativa que conta a história dessa ambiguidade do funcionamento do sistema escolar no Brasil.

Portanto, não se deve valorizar o papel do Estado e suas célebres manobras na história das relações escola– sociedade. Talvez suas formas insolentes e demasiado visíveis tenham

obliterado da historiografia todo um funcionamento interno da escola. É antes a omissão da União, entre 1827 e 1946, no planejamento das diretrizes da instrução primária, o sinal de que aquilo que sempre se suspeitou de violência e de arbitrário no sistema público de ensino brasileiro incide de forma muito generalizada, muito mais intrínseca e ininterrupta, muito mais difusa em toda a trama educacional constituída na sociedade brasileira. Inversamente, a escola foi essencial como peça de educação, moralização, disciplina e controle: justificou as mais diversas pretensões de intervir permanentemente na sociedade. Foi a saída política mais eficiente para produzir áreas de exclusão, para reservar direitos.

Fica notável que essa importante dicotomia, criticada a tanto tempo, manteve-se por mais de um século sob um princípio comum: desde a organização dos primeiros grupos escolares, a partir da década de 1870, até a organização do ciclo básico no ensino paulista ou a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), no Rio de Janeiro, e dos Centros Educacionais Unificados (CEU), atualmente na cidade de São Paulo, são diversos os exemplos de serviços organizados na tentativa de controlar a influência das carências materiais dos alunos. Tal inércia das instituições escolares ou tamanha persistência das políticas públicas seria mal compreendida caso a educação escolar não tivesse sido associada à ideia de opinião pública. Presunçosamente necessária para dar fundamento real ao acesso ao juízo que se expressa, numa democracia, mediante o sufrágio universal, a escola é uma peça indispensável – por seu papel real e simbólico – a um projeto político geral.

Hilsdorf é demasiadamente atenta às realidades para reduzir o que há disso tudo na política neoliberal do governo que passou e rebatê-la sobre o fato bruto de suas origens. Mas ela se serve da história para decifrar a atualidade, avaliar suas possibilidades e indicar os perigos políticos. Daí uma última observação. Ela se serve da história também para demonstrar que os circuitos da escolarização, da educação ou da aculturação, ainda que se institucionalizem por meio dos regulamentos e da legislação, somente se efetivam por meio do conjunto de práticas, de iniciativas e de manobras no qual confirmam a regularidade e a ordem das representações vigentes na realidade social de uma cultura.

Todos esses esclarecimentos indicam que o conjunto de práticas e enunciados relativos à educação, e que de fato a constituem, está longe de se relacionar com um único objeto, de o ter formado de uma vez por todas e de conservá-lo perpetuamente como seu tipo ideal. O objeto que é colocado como seu correlato pelas autoridades eclesiásticas dos séculos XVII e XVIII não é idêntico ao objeto que se delinea através da esfera pública frequentada pelas parcelas

ilustradas da sociedade portuguesa ou das medidas pombalinas. Da mesma forma, todos os objetos do discurso educacional foram modificados no decorrer da história que Hilsdorf repensa entre a primeira legislatura brasileira (1826-1827) e as discussões acerca da Lei de Diretrizes e Bases em 1961 ou 1996: não é absolutamente a mesma escola, a mesma educação, o que está em questão aqui e ali – seja porque o código de percepção e as estratégias de intervenção mudaram, seja porque as designações da cultura e sua formação geral não obedecem mais aos mesmos critérios ou porque o discurso educacional, sua função, as práticas nas quais ele está investido e que o sancionam, as relações que ele mantém com os estudantes foram modificados.

Quanto à plêiade de especialistas mobilizados por Hilsdorf para operacionalizar suas análises cabe apontar a heterogeneidade. Tratam-se, por um lado, de autores tradicionalmente trabalhados na historiografia da educação e de pesquisas recentemente concluídas nos programas de pós-graduação e, por outro lado, de historiadores, de historiadoras, de sociólogas e de sociólogos reunidos num texto sensível às diversas orientações teóricas que apresentam. Cada capítulo traz uma bibliografia específica rigorosamente organizada em função da periodização elegida. É um livro útil pelas referências que sistematiza, mas sobretudo, pela competência didática com que integra as diferentes perspectivas da historiografia e suas problemáticas ao repertório histórico com que escolheu trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi exposto no decorrer desse trabalho, é nítido que as duas vertentes - Antipombalismo e Pombalismo - ainda correm no imaginário português e brasileiro. O historiador Marc Bloch perguntava aos historiadores portugueses: “Pombalistas, antipombalistas, digam-nos tão-somente quem foi Pombal”. Mesmo que a imagem de Pombal seja vista por lentes negacionistas que sufocam seu êxito administrar Portugal, é improvável que elas ocultem todas as consequências que foram geradas pelas suas medidas. Para muitos, Pombal administrou de forma quase milagrosa, mesmo tendo iniciado sua carreira pública, já com alguns inimigos e com uma família que não possuía complexos cabedais. Viveu boa parte do tempo excluído de vários cargos, porém seu tio paterno, Paulo de Carvalho, deixou-lhe uma herança: o morgado constituído por bens em Oeiras e Sintra. Além disso, através do tio, Sebastião José conheceria cardeal D. João da Mota, na época, primeiro-ministro, que o enviou para Londres para substituir, como embaixador, Marco António de Azevedo Coutinho. Este cargo foi o primeiro emprego de destaque que ajudou na ascensão de Sebastião José ao cargo da mais alta confiança do Rei de Portugal. A jornada do herói pode ser vista na sua trajetória política e pessoal, formando o imaginário de que Carvalho e Melo tinha uma missão para com o povo português.

Os poderes obtidos por Pombal começaram de fato depois do terremoto de Lisboa em 1755. O desastre se abateu sobre Portugal pela manhã. Lisboa foi abalada por um violento tremor de terra, com uma amplitude que, em tempos atuais, é estimada em cerca de 9 (nove) pontos na escala de *Richter*. A cidade foi devastada pelo terremoto seguido pelo maremoto e ainda pelos incêndios que aconteciam em toda a cidade. Imediatamente, tratou da reconstrução da cidade, de acordo com a famosa frase: “*E agora? Enterram-se os mortos e cuidam-se os vivos*”. Apesar da calamidade, Lisboa não foi afetada por epidemias e, menos de um ano depois, já se encontrava parcialmente reconstruída. O rei desejava uma cidade nova e ordenada e excepcionais praças, avenidas largas, prédios suntuosos que mostrassem que o reinado de D. José I seria marcado não pelo terremoto, mas sim pelas reconstruções, tanto identitárias quanto físicas de Portugal. Estas medidas rápidas caracterizaram a modernização tardia portuguesa. Pombal modificou diversos setores da sociedade de Lisboa juntamente com seus irmãos e seus companheiros estrangeirados.

As reformas promovidas no período pombalino foram a base para a reconstrução do nacionalismo português que outrora fora sufocado pelo domínio inglês, especialmente no tocante ao comércio. Visando o aumento das atividades econômicas no Brasil, ele determinou a criação de companhias de comércio no Grão-Pará, Paraíba e Pernambuco. Na região norte, estimulou a ampliação das plantações de algodão que poderiam atender à crescente demanda oriunda da Inglaterra. Na região das minas, os mecanismos de controle e cobrança foram reforçados e a derrama estipulada como uma cobrança compulsória feita sobre os impostos atrasados dos mineradores de uma mesma região. No plano interno, Marquês de Pombal instituiu uma reforma que desagradou muitos daqueles que viviam das regalias oferecidas pela Coroa Portuguesa. O chamado Erário Régio tinha como papel controlar os gastos do corpo de funcionários reais e, principalmente, reduzir os seus gastos. Outra importante medida foi incentivar o desenvolvimento de uma indústria nacional com pretensões de diminuir a dependência econômica do país.

As decisões que devemos destacar são as de que ele foi o responsável pela extinção definitiva das capitanias hereditárias no Brasil e pela proibição definitiva da escravidão indígena na colônia. Esta última ficou atrelada à oficialização do idioma português. Desse modo, apesar da imensa polêmica gerada, Pombal estabeleceu que os jesuítas¹⁹ fossem expulsos do Brasil e que os mesmos não estivessem à frente das instituições de ensino. As terras que foram tomadas dos integrantes da Ordem de Jesus foram utilizadas como zonas de exploração econômica através da venda em leilão ou da doação para outros colonos. Com relação aos índios, Pombal pretendia utilizá-los como força de trabalho na colonização de outras terras do território. Com relação a questão educacional, o Marquês de Pombal implantou o subsídio literário, um novo imposto que iria sustentar a contratação de professores sem ligações com a Igreja. Ao longo do tempo, esse projeto de reforma educacional acabou não surtindo o efeito esperado. Além disso, estipulou que a distinção realizada entre cristãos e cristãos-novos fosse definitivamente extinta. Com isso, ele buscou centralizar a estrutura administrativa aplicada à colônia e diminuir as tensões que pudessem produzir alguma espécie de prejuízo ao governo de Portugal.

¹⁹ Na raiz dos conflitos entre as autoridades civis e eclesiásticas com os missionários jesuítas no norte do Brasil (atuais estados do Pará e do Maranhão), estavam reformas político-econômicas propostas pelo Marquês de Pombal, implementadas naquela região por seu meio-irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador entre 1751 e 1759, que tinham cinco pilares: a Lei da Liberdade dos Índios; a Lei da Abolição do Governo Temporal das aldeias administradas pelos religiosos; a instituição da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (que cerceou o comércio dos missionários); o Diretório dos Índios; e o redimensionamento da presença dos religiosos na região.

Apesar de seus esforços, Pombal não resistiu à descomunal influência que a Inglaterra tinha junto as questões políticas e econômicas de Portugal, e nem mesmo suportou a clara oposição dirigida por clérigos e nobres. Assim, como afirma Ribeiro (1998, p. 30), o então ministro "orientava-se no sentido de recuperar a economia por intermédio de uma concentração do poder real e de modernizar a cultura portuguesa". Não por acaso, após a morte do rei D. José I, em 1777, e a chegada da rainha D. Maria I, a louca, um fato político conhecido como "viradeira" impôs a destituição do Marquês de Pombal e a anulação de várias ações administrativas por ele tomadas.

Portanto, concluímos que, até o presente momento, o Pombalismo e Antipombalismo são dois conceitos que andam de mãos dadas em diferentes perspectivas. Mesmo que Pombal tenha sido considerado por alguns como um ditador, para outros ele foi essencial, especialmente quando falamos nas reformas educacionais. Suas ações agressivas e muitas vezes arbitrárias trouxeram para o povo português possibilidades que não haviam sido executadas como a valorização do comércio através de sistema de ensino ou o olhar mais voltado para as políticas indianistas. Porém, nada irá apagar as barbaridades que foram feitas para a subida do notório Marquês ao posto mais alto junto ao Rei de Portugal, vidas foram perdidas, as culturas de diversas tribos foram apagadas, em favor da unificação dos povos. Foi esquecida e desconsiderada a opinião e as vontades dos verdadeiros brasileiros, ou melhor, dos donos da terra. A dominação que começou com o escambo, até os dias atuais continua com o massacre legalidade.

Sebastião José foi ao mesmo tempo um visionário e carrasco do povo português e por consequência suas colônias. Ao unificar o idioma, ele minou a importância linguística e cultura dos povos dos primeiros povos que, a partir daquele momento, seria condicionada ao bel-prazer da Corte Portuguesa. Ao mesmo que a unificação gerou boas perspectivas para os negócios portugueses com o resto do mundo, além consolidar o nacionalismo. Mas será que todo esse processo valeu a pena? Nada justifica a extermínio legalizado de etnias, embora tenha tornado crime matar os "índios" Pombal encontrou outras maneiras de eliminá-lo a longo prazo. Em sua escalada pelo poder, o ministro não hesitou usar todas as armas do seu arsenal para atingir seus objetivos. Sabemos que ao longo dos séculos muitos fizeram algo semelhante ou até pior e foram condenados a permanecerem no lado obscuro da História.

BIBLIOGRAFIA

ALVARÁ de 28 de junho de 1759. *In*: ALMEIDA, José Ricardo Pires. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**: história e legislação. 2. ed. rev. São Paulo: Educ, 2000. p. 31-34.

ALVARÁ de 11 de janeiro de 1760. *In*: ALMEIDA, José Ricardo Pires. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**: história e legislação. 2. ed. rev. São Paulo: Educ, 2000. p. 35-36.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)*: história e legislação. 2. ed. rev. São Paulo: Educ, 2000.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva / Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa**. Lisboa: Imprensa nacional / Casa da Moeda, 1982.

AZEVEDO, Fernando de. 5. ed. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP, 1971.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a sua época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil / Lisboa: Seara Nova / Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

BARBOSA, Sara Rogéria S. **As humanidades pombalinas no Brasil-colônia**: o ensino de língua latina e a institucionalização da profissão docente. Curitiba: Appris, 2018.

BARBOSA, Sara Rogéria Santos. **O ensino de língua latina e a institucionalização da profissão docente no Brasil (1759-1771)**. São Cristóvão: 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFS.

BARRETO, Antonio (Coord.). Marquês de Pombal. **Catálogo bibliográfico e iconográfico**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

BARRETO, José. **O Discurso Político falsamente atribuído ao Marquês de Pombal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1982.

BARROS, Francisco Lobo Correia de. **Altos feitos do Marquês de Pombal**. Lisboa: Typographia de Mattos Moreira & Cardosos, 1882.

BESSA-LUÍS, Augustina. **Sebastião José**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BANCO, Camillo Castelo. **Perfil do marquez de Pombal**. Porto: Clavel & Cia / Rio de Janeiro: L. Couto & Cia, 1882.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. **História da educação brasileira: o terreno do consenso**. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

BOTO, Carlota. **Pombalismo e Escola de Estado na História da Educação Brasileira**. In: SAVIANI, Demerval (Org.). Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira. Vitória: EDUFES, 2010.

BOTO, Carlota dos Reis. **A liturgia escolar na idade Moderna**. Campinas/SP: Papyrus, 2007. P.205-319.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 282-299, 2010, p. 284.

BOTO, Carlota dos Reis. **Instrução pública e projeto civilizador – o século XVIII** como interprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 09 – 178.

CARRATO, José Ferreira. “A educação brasileira no período colonial”. In: CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução aos estudos da história da educação brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros / Universidade de São Paulo, 1971.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva / Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Rômulo de. **História do Ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. O método em Verney e o iluminismo em Portugal. Curitiba: 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

CASTRO, Cláudio Moura. **Modernização e ensino técnico**: a Aula do Comércio na era pombalina. In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Aula do Comercio. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.

CHAGAS, R. Valnir C. **Didática especial de línguas modernas**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

FALCON, Francisco e Rodrigues, Cláudia (Organizadores). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FALCON, Francisco J. C. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993. FALCON, Francisco J. C. Iluminismo. São Paulo: Ática, 1985.

FALCON, Francisco J. C. **Mercantilismo e transição**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. 217

FRANCO, José Eduardo e RITA, Annabela. **O mito do Marquês de Pombal**: a mitificação do primeiro-ministro de D. José pela maçonaria. Lisboa: Prefácio Editora, 2004.

FRANCO, Jose Eduardo, “**A fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus**”, in *Revista de Historia das Ideias*, Vol. 22, 2001, pp. 209-254.

FRANCO, Jose Eduardo, “**A visão do Outro na literatura antijesuítica em Portugal**: de Pombal a Primeira Republica”, in *Lusitania Sacra*, Tome XII, 2000, pp. 121-142.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira / Thomson Learning, 2003.

GATZHAMMER, Stefan. **Antijesuitismo europeu: relações político- diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780)**. Lisboa: Lusitania Sacra, 1993.

GOMES, Joaquim Ferreira. **O marquês de Pombal e as reformas do ensino**. Coimbra: Almedina, 1982.

GOMES, Rodrigo Belfort. **A instituição do método direto para o ensino de inglês no Brasil (1931-1961)**. São Cristóvão: 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFS.

MAXWELL, Keneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)**. Lisboa: Gradiva, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010a.

PAIM, Antonio (Org.). **Pombal e a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / Fundação Cutural Brasil-Portugal, 1982.

PAULILO, André Luiz. História da educação brasileira: leituras. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 172-174, Aug. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000200015&lng=en&nrm=iso>. access on 19 May 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000200015>.

PORTUGAL. **Collecção da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das ordenações oferecidas a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762**. Lisboa: na Typ. Maignrense, 1826.

PORTUGAL. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810.** Lisboa: na Typ. Maignense, 1830.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a Educação da Mocidade.** Universidade da Beira Interior. Covilhã-Portugal: 2003. Disponível em. Acesso em: 05 de julho. 2019.

SANTOS, Elaine Maria. **As Reformas Pombalinas e as Gramáticas Inglesas: percursos do ensino de Inglês no Brasil (1759-1827).** São Cristóvão: 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista.** Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.**

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TEIXEIRA, R. A. **Intelectuais da educação: mediadores das políticas educacionais no Estado de Mato Grosso (1997 – 1998).** In: SOUZA, Josefa Eliana; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares de; FREITAS, Anamaria G. Bueno de (Orgs). **Intelectuais da educação e cultura escolar.** Maceió/AL: EDUFAL, 2017. 287 p.

TELES, T. V. S. **O Papel do Ensino de Língua Inglesa na Formação do Perfeito Negociante (1759-1846).** São Cristóvão: 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS.

TELES, T. V. S. **O inglês como língua dos negócios: o caso da instrução comercial luso-brasileira (1759-1902).** São Cristóvão: 2019. Tese (Doutorado em Educação) – UFS.

